

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Hélder José Duarte Machado

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A comunicação social e a polícia:

A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial
nos grandes eventos de cariz político

Orientadora

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Lisboa, 26 de Abril de 2012



Hélder José Duarte Machado

Aspirante a Oficial de Polícia

A comunicação social e a polícia:

A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais.

*À minha família pelo apoio,
em especial à Sónia,
pela compreensão e tolerância incondicionais.*

Agradecimentos

Começo por manifestar, desde já, a minha enorme gratidão à Prof.^a Doutora Lúcia Pais, por tudo o que me ensinou, pela sua constante disponibilidade e por ter aceitado a responsabilidade de orientar esta dissertação, e, por tê-lo feito com grande empenho, rigor e dedicação.

O meu sincero obrigado.

Também aqui quero deixar o meu agradecimento ao Sr.º Mestre Sérgio Felgueiras, pela sua co-orientação nesta dissertação, contribuindo com toda a sua experiência e conhecimento.

O meu muito obrigado.

Ao ISCPSI, pela formação que recebi ao longo de cinco anos, e que marcaram a minha vida e carreira policial.

Ao Departamento de Relações Publicas da PSP, pela sua colaboração no presente estudo.

Ao XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia pelo companheirismo, camaradagem e suporte que me deram enquanto Cadete e Aspirante a Oficial de Polícia.

À minha família, por todo o apoio e compreensão pela minha ausência enquanto pai e marido. A todos, muito obrigado.

Resumo

A sociedade actual está sedenta de informação e conhecimento, sendo que esse satisfazer de informação é realizado pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS). Na efectivação do acto de informar a sociedade, os OCS criam uma representação da realidade, que influencia o comportamento humano. Essas representações levam à criação e partilha de determinados códigos sobre assuntos considerados socialmente relevantes, podendo levar, ou não, à interferência no normal funcionamento da ordem pública. Atendendo a este facto, temos de considerar a influência directa que os OCS, e especificamente, os jornais exercem na sociedade, de modo a criar nesta uma determinada consciencialização pública sobre determinadas instituições do sistema social, em concreto a Polícia de Segurança Pública (PSP). Com a intenção de melhor compreender esta dinâmica, e através de uma abordagem qualitativa, analisando o conteúdo, das trinta e duas notícias, sobre a actuação policial em grandes eventos políticos, publicadas nos jornais Diário de Notícias, Correio da Manhã e Jornal de Notícias no ano de 2011, procuramos entender os esquemas interpretativos dos jornais que são produzidos e emitidos para toda a sociedade.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

Today's society thirst for knowledge and information, is satisfied by the *media*. In anxious of informing society, the *media* create a representation from reality which influences human behavior. These representations lead to the creation and sharing of certain codes on matters considered socially relevant, which could, or not, also lead to interference with the normal functioning of public order. Attending this fact, we consider the direct influence, of the OCS, and specifically, the role newspapers have in society, in order to create this a particular public awareness about certain institutions of the social system, specifically the Polícia de Segurança Pública (PSP). With the intention to better understanding this dynamic, and through a qualitative approach, analyzing the content, of thirty-two news about the police action in large political events, published in the newspaper Diário de Notícias, Correio da Manhã and Jornal de Notícias, we seek to understand the interpretative schemes of newspapers that are produced and issued to the whole of society.

Keywords: mass *media*; social communication; Police; policing; major events.

Índice

Índice de Anexos	VI
Índice de Gráficos.....	VII
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico.....	3
1. COMUNICAÇÃO	3
1.1 <i>Imprensa</i>	4
1.2 <i>Jornalismo</i>	5
1.3 <i>Teorias da comunicação</i>	7
1.3.1 <i>Teoria do Espelho</i>	7
1.3.2 <i>Teoria do gatekeeper ou teoria da acção pessoal</i>	8
1.3.3 <i>Teoria Organizacional</i>	9
1.3.4 <i>Teorias da acção política</i>	11
1.3.5 <i>Teorias construtivistas: a estruturalista e a interaccionista</i>	12
1.4 <i>Efeitos das Notícias</i>	15
1.4.1 <i>Teoria Hipodérmica</i>	16
1.4.2 <i>A abordagem empírico-experimental ou da persuasão</i>	17
1.4.3 <i>A abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados</i>	19
1.4.4 <i>Agenda Setting</i>	20
1.4.4.1 <i>Evolução da Teoria</i>	21
1.4.4.2 <i>Críticas</i>	24
1.5 <i>Notícia</i>	24
1.5.1 <i>Fontes</i>	25
1.5.2 <i>Acesso às fontes</i>	27
1.5.3 <i>Valores-notícia</i>	29
1.5.4 <i>Estrutura</i>	34
2. POLÍCIA.....	35
2.1 <i>Polícia</i>	35
2.2 <i>Evolução do conceito de Polícia</i>	36
2.3 <i>Missão</i>	39
2.4 <i>Manutenção da Ordem Pública</i>	39
2.5 <i>A PSP e os órgãos de Comunicação Social</i>	40
3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	41

Capítulo II – Método	44
1. ABORDAGEM QUALITATIVA	44
2. CORPUS.....	44
3. INSTRUMENTO.....	44
4. PROCEDIMENTOS.....	47
Capítulo III - Apresentação e discussão dos resultados.....	50
Capítulo IV – Conclusões.....	57
Referências	60
ANEXOS	65

Índice de Anexos

ANEXO 1. Grelha categorial.....	66
ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias	73
ANEXO 3. Quadro dos resultados obtidos.....	75
ANEXO 4. Pedido de autorização para consulta da base CISION.....	76

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição total da u.r. por categorias	51
Gráfico 2 - Distribuição das u.r. pela categoria Discurso Indirecto	51
Gráfico 3 - Distribuição de u.r. pela categoria Enquadramento.....	52
Gráfico 4 - Distribuição das u.r. pela categoria PSP	53
Gráfico 5 - Distribuição das u.r. pela categoria Discurso Directo	54
Gráfico 6 - Distribuição das u.r. pela categoria Sistema Explicativo Espontâneo	55
Gráfico 7 - Distribuição de u.r. pela categoria Manifestantes.....	55
Gráfico 8 - Distribuição das u.r. pela categoria Instâncias.....	56

Introdução

O presente estudo visa analisar o conteúdo do discurso produzido sobre a actuação policial em grandes eventos de natureza política. A primeira abordagem científica, tida como tal, sobre o discurso produzido pelos OCS ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, dando origem à teoria hipodérmica.

Esta teoria sustentava que as mensagens, produzidas pelos meios de comunicação de massas, tinham um impacto directo nas pessoas, produzindo, inevitavelmente, comportamentos previsíveis independentemente dos “atributos sociais ou psicológicos de cada indivíduo” (Traquina, 2000, p.15).

Com o passar do tempo, novos estudos e teorias surgiram na tentativa de explicar de que forma o trabalho realizado pelos jornalistas pode condicionar ou, até, adulterar a visão que se tem sobre determinado assunto ou instituição. Para Traquina (2001), os jornalistas têm um papel activo na construção da realidade social.

Assim sendo, é de considerar a influência directa, ou não, que os OCS e, especificamente, os jornais exercem na sociedade, de modo a criar nesta uma determinada consciencialização social sobre determinadas instituições do sistema social, em concreto a Polícia de Segurança Pública (PSP).

No que concerne à influência exercida pelos jornais na sociedade há, ainda, quem considere o jornalismo como o quarto poder, que luta contra o poder democraticamente instituído. Ungaro (1992) refere-se aos jornalistas como sendo os servidores do público na busca incessante da verdade, assemelhando-se a “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra os abusos de poder ou “um poder mítico [que] tem envolvido a profissão de jornalista de tal maneira que muitas vezes os jornalistas são apresentados como os Davides da sociedade matando os Golias – uma forma poética de conceber o jornalismo como contra-poder, conceptualizada pelos teóricos da democracia” (Traquina, 2001, p.32).

Os objectivos que nos propusemos alcançar, e que orientam o nosso trabalho, são a caracterização do discurso dos OCS sobre a actuação policial, concretamente sobre o policiamento de grandes eventos; inferir sobre a possível existência de um agendamento das notícias; e fornecer esquemas interpretativos das notícias.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O capítulo I refere-se ao enquadramento teórico, estando dividido em três secções. Na primeira dessas secções abordamos as teorias da comunicação que, para nós, são as mais importantes para a explicação do porquê de os jornalistas escreverem de determinada forma e sobre aquele assunto em específico. Ainda nesta primeira secção começamos por abordar as

características e os critérios principais de uma notícia, introduzindo, depois, o tema Polícia enquanto actividade da administração pública, que visa o regular funcionamento da sociedade e manutenção da ordem pública no quotidiano e em cenários de grandes eventos políticos. Apresentamos, também, a evolução do conceito de polícia.

Para melhor compreender a actividade policial em grandes eventos, temos em conta o conceito de ordem pública que, no nosso trabalho, será analisado numa perspectiva do normal funcionamento da comunidade. Neste sentido e segundo Pinto (1985, p.551), o conceito de ordem pública é definido como sendo “o conjunto dos princípios fundamentais subjacentes ao sistema jurídico, que o Estado e a sociedade estão substancialmente interessados em que prevaleçam e que têm uma acuidade tão forte que devem prevalecer sobre as convenções privadas”.

Na prossecução das ideias anteriormente referidas, a Polícia adopta, actualmente, um determinado modelo de policiamento pelo qual pauta a sua actuação. A filosofia subjacente a este modelo é de uma Polícia que actua para a melhoria da qualidade de vida e para a resolução dos problemas ou desordens que interferem na paz comunitária, visando a colaboração/ cooperação com o público.

Por último, a terceira secção do capítulo I tem a ver com a formulação do problema sobre a percepção que os OCS têm acerca da actuação policial em grandes eventos de natureza política e com os objectivos que nos propomos a realizar.

O capítulo II é, todo ele, referente ao método utilizado na concepção deste trabalho, utilizando uma abordagem qualitativa, cuja finalidade é compreender a mensagem que as notícias publicadas sobre a actuação policial em grandes eventos de natureza política, através do estudo das suas características. Ainda neste capítulo definimos qual o nosso *corpus* e quais os procedimentos por nós efectuados para a construção do mesmo e a forma como procedemos à análise do mesmo.

Os resultados obtidos são apresentados e discutidos no capítulo III, momento em que pretendemos aferir quais os temas/ assuntos que os OCS estudados dão mais ênfase.

No capítulo IV, com base nos resultados obtidos e no enquadramento teórico elaborado, são apresentadas as conclusões e reflexões finais.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. Comunicação

O acto de comunicar entre os homens pode parecer algo vulgar no presente momento, mas o conceito dessa acção foi sofrendo alterações ao longo dos séculos.

A palavra comunicação provém do latim *communicatio*, que designa a “participação em simultâneo de duas ou mais pessoas (cum-) numa determinada função ou tarefa (*munus*)” (Rodrigues, 2011, p. 19). A realização da tarefa *munus* implica a participação de todos e não de alguns, daí a proximidade deste termo com a palavra *communitas* que na Roma antiga designava os actos estritamente ligados à prática da democracia, ao direito e ao dever reconhecido a todos os romanos, que participavam na vida comunitária (Rodrigues, 2011).

Na Idade Média, *communicatio* é interpretado numa perspectiva religiosa, ligada ao Cristianismo, e designava a situação de todos aqueles que se juntavam para partilhar a fé cristã, tendo os mesmos o direito de tomar parte no culto.

No século XVII Jonh Locke (1632-1704) referia-se à comunicação como sendo o acto no qual o homem utilizava a linguagem para “provocar na mente de outro homem as ideias que possui fechadas na sua mente” (Rodrigues, 2011, p. 21). Na senda do iluminismo, século XVIII, passa a denominar a troca de informações entre seres humanos. Com a “invenção e a generalização dos *media*” (Rodrigues, 2011, p. 24) no século XIX, o termo comunicação também significa a circulação institucionalizada, organizada de informação, bem como dos dispositivos que asseguravam essa circulação. Estas duas últimas referências foram-se consolidando no século XX com a descoberta de novos meios de divulgação da informação (Rodrigues, 2011), contribuindo também para a criação de uma sociedade em rede.

Na evolução da definição da comunicação, podemos constatar a crescente globalização do conceito, deixando de ser individualizado (Grécia Antiga) até à não existência de limites, passando-se a falar em aldeia global.

Com o evoluir da Humanidade foram criados diferentes tipos de Órgãos de Comunicação Social (OCS), bem como de meios de comunicação social. Entende-se por meios de comunicação social, a rádio, a televisão, a imprensa, entre outros também designados por *mass media*. Em relação aos OCS, são as empresas, independentemente da sua natureza, que detêm algum meio de comunicação social, exemplo a televisão – RTP, SIC, TVI; Imprensa - Correio da Manhã, Diário de Notícias, entre outros.

Nas relações entre os homens e na construção e desenvolvimento da sociedade os OCS têm um papel importante, ao tentar reproduzir a realidade de modo a que estejamos sempre actualizados. A realidade que nos é transmitida por vezes é distorcida por diversos factores, e na tentativa de explicar esse viés na transmissão surgiram estudos e teorias que são comuns aos diferentes meios de comunicação.

Assim sendo, é de considerar a influência directa, ou não, que os OCS, e especificamente, os jornais exercem na sociedade, de modo a criar nesta uma determinada consciencialização social sobre certas instituições do sistema social.

1.1 Imprensa

Os conceitos de imprensa e jornalismo são por vezes confundidos, pois ambos evoluíram de uma forma paralela. Ou seja, com a evolução da imprensa, nas mais diferentes formas (folhetos, jornais, revistas), houve também a necessidade de aqueles que escrevem as notícias evoluírem. O que pretendemos no presente momento é efectuar a distinção entre ambos dando especial relevância ao conceito de jornalismo enquanto actividade. Para tal e de uma forma resumida destacaremos os principais factos de ambos os conceitos.

Desde a Antiguidade que o homem sente a necessidade de transmitir as notícias, os acontecimentos numa grande escala, mas só nos últimos séculos se reuniram as condições necessárias para tal. A (re)invenção¹ da tipografia por Gutemberg, permitiu a produção e difusão massiva e assim mais frequente dos folhetos. A necessidade de uma ferramenta que permitisse uma rápida difusão de informação está também ligada à precisão da autoridade central transmitir as suas directivas, bem como a necessidade da burguesia de obter informações sobre assuntos comerciais (Crato, 1992).

Em Portugal como no resto na Europa, a imprensa tem os seus primórdios com a publicação das folhas volantes, sendo que ao nível nacional as primeiras se denominavam “Relações de Novas Gerais ou Notícias Avulsas” (Crato, 1992, p. 32).

O jornalismo só surgiu após a Restauração, com a “Gazeta Que se Relatam as Novas Todas que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641”, que era uma “difusora directa da política real” (Crato, 1992, p. 33).

No século XIX, reunidas as novas condições tecnológicas, novas vias de comunicação, o alargamento da instrução pública, o crescimento das cidades,

¹ Há autores que defendem que os chineses já tinha descoberto um método de impressão dois séculos A.C.

transformações sociais e o “reconhecimento da liberdade em rumo à democracia” (Silva, s.d.), entre outros factores a imprensa começa a organizar-se industrialmente, vindo sempre em crescendo até aos nossos dias.

A imprensa tem uma tal importância na nossa sociedade que houve necessidade de regular o seu conceito num ponto de vista legalista. A Lei n.º2/99, de 13 de Janeiro define imprensa como sendo “os órgãos de informação cuja actividade principal é a recolha, tratamento e divulgação pública de informação, sob a forma de publicações gráficas, rádio, televisão, cinema ou qualquer reprodução de escritos, som ou imagem destinada à comunicação”.

Ao considerarmos esta definição estamos inserindo todos “os meios técnicos destinados à rápida e completa transmissão de informação a um público vasto, disperso e heterogéneo. Segundo a natureza do meio de comunicação, o modo de transmissão pode ser visual, acústico ou audiovisual” (Larousse Enciclopédia Moderna, 2009, p. 4832).

Relativamente aos diferentes tipos de imprensa existem vários: imprensa formativa ou de opinião; imprensa documental; imprensa de informação geral, na qual podemos colocar os jornais diários que têm um público indiferenciado, imprensa especializada a qual visa um determinado público alvo.

1.2 Jornalismo

Como referimos anteriormente não podemos dissociar a evolução e expansão do jornalismo da expansão da imprensa, sendo que o seu período mais fulgurante foi o século XX, com o surgimento de novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão.

Mas nos primórdios do jornalismo o mesmo não tinha uma função informativa, mas sim limitava-se a assuntos militares ou comerciais indicados pela corte. Com as invasões francesas o jornalismo português torna-se abertamente político e de opinião, incentivando ao surgimento de jornais e panfletos propagandísticos (Crato, 1992).

Ainda no século XIX assiste-se a um progresso no conteúdo, onde os jornais deixam de publicar notícias que interessam só à classe política, começando a dar importância a assuntos da vida quotidiana, sendo publicados artigos científicos, críticas literárias e crónicas de opinião e crónicas da vida mundana. Neste período surgem os primeiros jornalistas, enquanto profissionais remunerados, rompendo assim com aquela actividade de subordinação de escreverem o que lhes era dito pelos editores.

No século XX houve uma especialização do jornalismo o qual se organizou segundo os moldes das empresas industriais (Crato, 1992).

O jornalismo enquanto actividade pode definir-se como sendo a transformação de um acontecimento em notícia, mas esta definição é um pouco redutora, pois o “jornalismo não se limita a reflectir a realidade externa mas cria, ele próprio, uma realidade de certa forma independente” (Crato, 1982, p. 88). Os factos que ocorrem são alvo de uma interpretação por parte dos jornalistas, daí termos presente que “vimos as realidades pelo olhar, perspectiva de outra pessoa – jornalista” (Traquina, Cabrera, Ponte, & Santos, 2001, p. 13). Essa interpretação é o resultado de um processo de descodificação e codificação por parte do jornalista. Ao observar um acontecimento o jornalista tenta compreendê-lo (descodificá-lo), para depois o transmitir – redigir a notícia. Todo este processo de compreensão e transmissão do acontecimento está impregnado de uma forte carga subjectiva pessoal mas também colectiva. Colectiva, no sentido em que o jornalista faz parte da engrenagem produtiva das notícias e obedece a uma determinada visão do jornal – linha editorial. Para além da subjectividade individual e do condicionamento editorial, o jornalismo e “toda a comunicação social está influenciada por um conjunto de condicionantes económicos, políticos, culturais e ideológicos” (Crato, 1982, p. 89). A subordinação do jornalismo às condicionantes referidas tem como resultado o surgimento de uma nova hierarquia, pois os factores económicos influenciam o poder político e a laboração dos *media*. Assim, os *media* passam a deter um poder delegado, concedido e não um poder absoluto como se pensa.

O desenrolar da actividade jornalística pode-se dividir em quatro fases: a procura/recolha da informação, a selecção da informação recolhida, a redacção dos factos seleccionados e o tratamento final das notícias.

A recolha da informação, fase crucial está actualmente mais facilitada, pois com o surgimento de novas tecnologias, internet, telemóveis, fóruns, blogosfera, a informação chega ao jornalista das mais variadas formas, deslocando a premência da procura para a selecção. Contudo isto não implica que o jornalista não tenha que procurar a informação de uma forma sistemática e rigorosa, de acordo com os padrões convencionados pela comunidade jornalística.

As outras fases, serão abordadas, com maior profundidade, nos próximos capítulos do presente trabalho.

Antes, porém, e tendo presente que “o jornalismo não é um simples reflexo da realidade, ele é, sim, uma representação dos acontecimentos e uma ordenação e selecção da actualidade, de acordo com um sistema de convenções e interesses que são variáveis de

caso para caso” (Crato,1982, p. 90), importa equacionar as teorias do jornalismo mais significativas no panorama jornalístico e no quadro das quais o fenómeno se inscreve.

1.3 Teorias da comunicação

Embora os diversos autores que abordam o fenómeno recorram a diferente terminologia (“teorias do jornalismo, teorias das notícias ou teorias da comunicação”), o que retratam é o problema da comunicação, diferindo apenas em alguns aspectos, como a produção da informação ou os efeitos causados pela mesma, tentando chegar ao cerne da questão, a razão pela qual os jornalistas escrevem de um determinado modo.

As referidas teorias e segundo Schudson (1988), podem agrupar-se em três grandes categorias: acção pessoal, onde as pessoas envolvidas, independentemente do cargo que ocupam, têm um papel preponderante na produção; acção social, na qual o papel decisivo é desempenhado pelas organizações; acção cultural onde a notícia é “um texto cultural, um artefacto que involuntariamente se apoia ou faz uso de padrões culturais preexistentes para produzir sentidos” (Correia, 1997, p. 126).

Não discutindo as referidas divisões ou agrupamentos possíveis das teorias em causa, pretendemos, fundamentalmente, na presente secção, enunciar as teorias da comunicação mais relevantes no campo da pesquisa jornalística e num segundo momento os efeitos que as notícias provocam ou induzem na sociedade.

1.3.1 Teoria do Espelho

A primeira teoria que surgiu para explicar o porquê das notícias foi a Teoria do Espelho. A mesma defende que as “notícias são como são porque a realidade assim as determina” (Traquina et al., 2001, p.33). O reflexo dessa realidade deve-se ao facto de a referida teoria considerar os jornalistas comunicadores desinteressados, e tem por base a crença social de que as “notícias reflectem a realidade, de que os jornalistas são imparciais devido ao respeito pelas normas profissionais e de que asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os factos como simples *mediadores* que «reproduzem» o acontecimento na notícia” (Traquina et al., 2001, p. 35).

Esta teoria tem dois momentos históricos, sendo que o primeiro data de meados do século XIX com o surgimento do jornalismo, da informação, no qual a ideia presente é a separação entre o que são factos e o que são opiniões. O segundo momento histórico aconteceu nos anos 20 e 30 do século XX, período durante o qual nasceu o conceito de objectividade associado ao jornalismo. Esse conceito tem que ser entendido como sendo

uma ferramenta de pesquisa e de confirmação dos factos que ocorriam à época. A necessidade dessa confirmação surgiu devido à eficaz propaganda efectuada na I Guerra Mundial, onde os factos eram manipulados, sendo alguns postos em causa.

Apesar de, para a maioria das pessoas do mundo ocidental, esta concepção ser a dominante no jornalismo a que acedem, a verdade é que a teoria do espelho é uma justificação pobre e insuficiente para responder à pergunta do porquê de as notícias serem como são. Os estudos mais recentes sobre jornalismo mostram que é impossível o jornalista reproduzir os factos, a realidade tal como ela é, pondo de parte as suas crenças, valores culturais, sociais e económicos. Na realidade, a verdade “é algo construído ao longo da existência de uma sociedade através de sua cultura” (Barreira, 2009).

1.3.2 Teoria do *gatekeeper* ou teoria da acção pessoal

A questão do *gatekeeper* foi abordada pela primeira vez por Kurt Lewin (1947), psicólogo social, num estudo realizado sobre as decisões domésticas que são tomadas ao nível da selecção das compras de alimentos. A teoria em causa é considerada no mundo Académico como sendo a primeira teoria do jornalismo, e foi aplicada pela primeira vez ao jornalismo em 1950 por David White.

O *gatekeeping* aplicado ao jornalismo diz respeito ao fluxo de notícias que passa por determinadas escolhas até à notícia final, sendo que o responsável por essas escolhas é o *gatekeeper*, podendo o mesmo desempenhar diferentes funções na empresa/ jornal.

Com o intuito de compreender melhor esta dinâmica, White (in Traquina, 2002, p. 78) realizou uma pesquisa sobre a actividade de um jornalista, Mr. Gates, num jornal norte-americano. Nessa actividade o jornalista efectuou “uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversas gates, isto é, portões que não são mais do que áreas de decisão” (Traquina et al., 2001, p. 36). O decisor é o guarda (*keeper*) dos portões que filtra a informação, tendo por critérios, se assim os podemos classificar, os juízos de valor, experiência de vida, entre outros. Segundo White (in Traquina et al., 2001, p. 36) “é somente quando analisamos as razões apresentadas por Mr. Gates para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação da notícia é extremamente subjectiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”.

Para termos noção do que foi acima referido, a mesma notícia é publicada em alguns jornais e em outros nem lhe é dada importância, estando assim bem presente o grau de subjectividade do *gatekeeper*.

No seguimento do trabalho desenvolvido por White, Schudson (1988) concebe uma teoria que designa de acção pessoal, na qual as notícias são explicadas como sendo um produto das pessoas (*gatekeeper*) e das suas intenções.

Contudo, a teoria do *gatekeeper* ou teoria da acção pessoal tem limites, pois na rejeição/ selecção das notícias a organização ocupa uma posição dominante relativamente às preferências pessoais (Wolf, 1999).

1.3.3 Teoria Organizacional

O conceito da teoria organizacional resulta de um estudo realizado por Breed (1955), o qual associa esta teoria ao funcionalismo e à organização onde o jornalista está inserido. Na presente teoria o enfoque está no “processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional” (Traquina et al., 2001, p. 39). Ou seja, a teoria desenvolvida por Breed explica as razões pelas quais “jornalistas potencialmente intransigentes na defesa de uma linha editorial e política contrária à do jornal em que trabalham” (Correia, 1997, p. 128) são levados a escrever em conformidade com o jornal.

Assim sendo, estamos diante de uma cultura organizacional, pois a organização sobrepõe-se à cultura profissional, na qual Breed identificou seis razões que “promovem o conformismo com a política editorial da organização” (Traquina, 2002, p. 80).

A primeira é a autoridade institucional projectada nas sanções, que aos jornalistas, que não seguirem a linha institucionalizada, são aplicadas. As sanções podem ser várias: atribuição de tarefas menos interessantes ou importantes; alterações das peças; a não colocação da peça na primeira página; a assinatura da peça ou não.

A segunda razão são os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores. Com o passar do tempo na redacção os jornalistas podem criar laços de amizade, originando estes por sua vez um sentimento de obrigação para com a empresa e de respeito para com os jornalistas mais velhos, que foram os seus tutores. Esta razão ou factor muda de jornal para jornal.

A terceira razão são as aspirações de mobilidade, pois a grande maioria dos jovens jornalistas tem a expectativa de alcançar uma posição de destaque. Para tal segue a linha editorial, com o objectivo de facilitar a sua ascensão.

A quarta razão apontada é o conformismo, é a ausência de grupos de lealdade em conflito. Ou seja, neste ponto o autor defende que a ausência de organizações sindicais nas questões de foro interno é geradora de um clima de paz.

A quinta razão referida por Breed é o prazer que os jornalistas sentem ao desempenhar a sua actividade. Os jornalistas que gostam do seu trabalho, realizam-no com agrado, as tarefas realizadas por si são gratificantes, o que leva ao fomento da cooperação entre jornalistas e a um bom ambiente na redacção.

Por último, a sexta razão são as notícias como valor – a busca incessante de notícias que vão ao encontro da linha editorial da empresa. Deste modo a harmonia existente entre jornalistas e direcção vai tornar mais sólido o interesse pela notícia.

Em conclusão, Breed (1955) defende que os seis pontos referidos promovem o conformismo em relação à política editorial da empresa, sendo cinco deles constantes nos jornais onde o estudo foi efectuado. O único que varia é o segundo - os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, considerando o investigador “a variável activa determinante, não só do conformismo (...) mas também do moral e do bom desempenho profissional” (Traquina, 2002, p. 83).

Tendo em conta o que foi explanado na teoria organizacional, Breed (in Traquina, 2002, p. 83) “aponta cinco factores dentro da área de influência do jornalista que o ajudam a iludir o controlo da empresa”, que são: primeiro, e apesar de existirem normas editoriais, as mesmas nem sempre são claras, originando assim alguma margem de manobra; segundo, no trabalho de campo realizado pelos jornalistas na busca de notícias, os mesmos podem aplicar os seus conhecimentos com o objectivo de contornar a política editorial; em terceiro, os jornalistas podem, em relação a determinados factos engendrar algumas provas, tendo por base a inexperiência dos seus superiores; o quarto factor é o domínio que o jornalista tem em relação a determinadas estórias, onde o mesmo controla toda a situação; o quinto e último factor é o estatuto que o jornalista detém no jornal. Se o mesmo for considerado uma estrela pode mais facilmente contornar a política editorial.

Na opinião de Curran (cit. in Traquina et al., 2001, p. 44) “a autonomia com que um jornalista trabalha é consentida”, pois se o mesmo contrariar a empresa jornalística onde trabalha essa liberdade desvanece-se.

Contudo, e segundo a teoria organizacional o jornalismo é um negócio que também vai influenciar o trabalho jornalístico – influência que pode ser exercida das mais diversas maneiras, tais como: constrangimentos orçamentais, recursos económicos entre outros.

Em relação aos recursos económicos, a influência deste factor pode estar presente na contratação a tempo inteiro de jornalistas. Os constrangimentos orçamentais impõem ao jornalista a realização ou não de um determinado trabalho jornalístico.

Em conclusão, na teoria organizacional o trabalho do jornalista depende das políticas editoriais, dos factores económicos e logísticos, e a organização está acima dos interesses do profissional.

1.3.4 Teorias da acção política

Na década de 1960 a investigação sobre o jornalismo é marcada e impulsionada pela ideologia, de certos autores marxistas, assim como pela redescoberta da natureza problemática da linguagem, sendo disso exemplo a escola semiótica francesa (Barthes, 1967) e a escola culturalista britânica (Hall et al., 1978). Este novo fluxo de conhecimento leva a que nos anos 1970 os estudos produzidos por vários autores, Cirino, 1970; Efron, 1971; Hofstetter, 1976; Lowry, 1971; Meadow, 1973; Palmer & Abrahamson, 1973; Pride & Wamsley, 1972; Russo, 1971), apontam novas perspectivas, tais como: o objecto deixa de ser o indivíduo e passa a ser a organização; a relação entre o jornalismo e a sociedade, e as implicações políticas e sociais na actividade política. Com o surgir destas novas perspectivas, o objecto de estudo passa a ser a existência ou não de distorção nas notícias.

Da análise dos estudos dos referidos autores conclui-se que os mesmos têm em conta o princípio democrático, o qual defende um jornalismo imparcial e neutro, no qual os jornalistas são os servidores do público, na busca incessante da verdade, como sendo “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra os abusos do poder.

Com o intuito de aprofundar mais e avaliar a cobertura noticiosa dos *media*, os estudos (norte-americanos) direccionam-se fundamentalmente para as campanhas eleitorais, assuntos controversos, políticas, instituições, movimentos ou figuras políticas.

As teorias de acção política são duas: uma, caracterizada por uma ideologia de esquerda, que defende que os jornalistas não têm autonomia, estão subordinados ao poder político, o que leva os *media* noticiosos a serem um instrumento do poder; outra, antagónica, para a qual os *media* são centros ideológicos que põem em causa o capitalismo – versão de direita. Independentemente do ideal político, estas duas versões têm um ponto em comum a concepção de que as “notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais” (Traquina et al., 2001, p. 47), distorcendo assim a realidade social.

1.3.5 Teorias construtivistas: a estruturalista e a interaccionista

Com o fervilhar de conhecimento e de investigações sobre o jornalismo na década de 1970 nasce um novo paradigma, que coloca em causa a própria ideologia jornalística e a teoria de que as notícias são o espelho da realidade, paradigma esse que considera as notícias como construção social – são as teorias construtivistas.

Este novo modelo conceptual rejeita a teoria do espelho por três motivos: é difícil fazer uma separação entre a realidade e os *media* que a noticiam; a linguagem neutral é impossível, ou seja, está sempre implícita uma carga subjectiva na forma como se comunica, e os *media* têm sempre estruturada a forma como retratam a realidade. Ou seja, afirma-se a existência de uma política institucional, de uma linha editorial que orienta a construção das notícias.

Este modelo considera duas abordagens distintas: a estruturalista e a interaccionista. Apesar de as podermos analisar independentemente, nelas “comungam, todavia, diversos pressupostos de um mesmo paradigma” (Correia, 2011, p. 114). Ambas se complementam entre si, mas há alguns pontos discordantes. Em relação aos pontos complementares, ambas rejeitam a teoria de espelho, pois as notícias são o resultado “de processos complexos de interacção social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização” (Traquina, 2002, p. 99). Ambas reconhecem o carácter individual e organizacional na produção das notícias, em virtude de aceitarem os pontos indicados por Breed (1955) na teoria organizacional - os constrangimentos organizacionais a que o jornalista está sujeito.

As duas teorias dão ênfase à cultura jornalística – valores-notícia dos jornalistas, ideologia da comunidade profissional, rotinas e procedimentos de produção, contrapondo assim a ideia da visão instrumentalista. Os jornalistas têm autonomia, não se compadecem com o poder instituído, não são observadores passivos mas, sim, activos na medida que participam e contribuem para a construção da realidade.

Em traços gerais, a teoria estruturalista é idêntica à teoria de acção política, na sua facção de esquerda defendida por Chomsky e Herman (1989). Esta semelhança deve-se ao facto de que ambas as teorias têm as suas raízes nos ideais marxistas, sendo que a teoria estruturalista defende alguma autonomia no trabalho dos jornalistas.

Contudo, alguns autores defendem que “os *media* – embora involuntariamente, e através dos seus próprios caminhos autónomos – têm-se transformado efectivamente num aparelho do próprio processo de controlo – um aparelho ideológico de Estado” (Hall, in

Traquina, 2002, p. 101). Os defensores da teoria estruturalista referem que a produção de notícias resulta da interacção entre vários factores: a organização burocrática dos *media*; a estrutura dos valores – notícia e a ideologia profissional; e o momento de elaboração da notícia, o qual está impregnado de aspectos culturais que marcam/ definem a sociedade onde a organização jornalística está inserida.

Em suma esta abordagem pode-se resumir ao controlo e à reduzida autonomia que os jornalistas e os órgãos de comunicação social possuem, e à implementação de uma cultura rotinizada e burocrática dependente e controlada pelo poder dominante – proprietária dos meios de comunicação social.

A teoria interaccionista caracteriza a produção das notícias como sendo o resultado de um processo de percepção, selecção e transformação de factos em notícias sob a pressão do tempo, por um conjunto de jornalistas que detêm autonomia e partilham uma cultura comum.

Para conseguirem cumprir os seus objectivos, as empresas jornalísticas têm que observar alguns aspectos, nomeadamente: a ordem no espaço, a ordem no tempo, o acesso ao campo jornalístico, a rede noticiosa, a rotinização do trabalho e a relação entre o jornalismo e o poder.

Assim sendo, e para controlar o espaço, segundo Tuchman (1973), os jornais estabelecem uma rede noticiosa (*news net*), com o objectivo de proceder à recolha de informação sobre os acontecimentos. Os mesmos não têm data nem local predefinido para ocorrerem, pelo que Tuchman (1973) apresenta três estratégias que os jornais utilizam no seu dia-a-dia de forma a cobrir a maior parte do espaço. Uma delas é a territorialidade geográfica, na qual os jornais dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial consoante o tipo e volume de notícias que essas áreas produzem. Uma outra estratégia é a especialização organizacional, onde as empresas jornalísticas colocam elementos seus em certas organizações que produzem acontecimentos que são notícia (por exemplo, os enviados na sede da União Europeia). Por último, a especialização em termos de tema, os jornais autodividem-se em secções que preenchem as rúbricas do mesmo.

Contudo e após a escolha destas estratégias, o mais inconveniente é o acontecimento de um facto considerado notícia num local em que o jornal não tenha nenhum elemento seu.

Com o objectivo de fecharem a edição do jornal a tempo, os jornais estruturam o seu tempo, tendo em conta o seu ritmo de trabalho. Para ajudar na concretização desse

objectivo os jornais elaboram uma agenda que lhes permita organizar o seu trabalho com alguma antecedência.

Contudo é preciso ter presente que apesar de se controlar o espaço e o tempo através do estabelecimento de uma rede noticiosa, a produção de notícias resulta da interacção de diversos agentes sociais que “exercem um papel activo no sistema de negociação constante” (Traquina, 2002, p. 110), condicionando a produção das notícias.

Ainda relativamente à teoria interaccionista, Molotch e Lester (in Traquina, 2001, p. 110), indicam três categorias de pessoas que desempenham funções diferentes na organização do trabalho jornalístico: os promotores de notícias (*news promoters*), que são aqueles que identificam e tornam mais observável um acontecimento. Ainda nesta categoria os autores subdividem as funções dos promotores de notícias em: executor, aquele que faz, participa no acontecimento; e o informador, o qual faz chegar a informação ao *media*. Uma segunda categoria engloba todos aqueles que tornam perceptível um conjunto de acontecimentos, os *news assemblers* – responsáveis por tornar público os acontecimentos. Por fim os consumidores de notícias (*news consumers*), que são aqueles que assistem ao acontecimento através dos meios de comunicação social. Para além da divisão de funções, Molotch e Lester (1974) referem também a concorrência entre os *news promoters* com o intuito de cada um conseguir que o “seu” acontecimento seja noticiado. Sendo assim, “nas sociedades massmediatizadas, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da acção estratégica dos diversos agentes sociais” (Traquina, 2002, p. 112).

O acesso ao campo jornalístico pode-se classificar em três modos: o acesso habitual – no qual a zona onde os responsáveis pela recolha de acontecimentos estão sediados, coincidindo com as actividades de produção jornalística; o acesso disruptivo – onde a necessidade de produção jornalística leva a que alguns agentes sociais entrem em “conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística” (Molotch & Lester, in Traquina, 2002, p. 113); o acesso directo – é exclusivo aos jornalistas que exercem poder, com a finalidade de determinar qual a reportagem ou investigação jornalística irá ser realizada.

Assim sendo, para a teoria interaccionista a produção jornalística é o resultado da interacção entre os diversos agentes (*news promoters, os news assemblers e os news consumers*) e os jornalistas e os agentes políticos.

De salientar que um dos objectivos da luta política é fazer concordar os acontecimentos políticos com as necessidades dos agentes sociais que acedem ao campo

jornalístico. O estabelecimento desta concordância é importante na elaboração da agenda jornalística.

Um outro factor importante na produção jornalística é o estabelecimento da rede noticiosa, o qual deve ter em conta as fontes. A criação desta rede de fontes tem em consideração a relação entre os jornalistas e as fontes, o investimento que é feito na manutenção dessas relações e os critérios de avaliação que os jornalistas utilizam na interacção com os diferentes agentes sociais. À relação dos jornalistas com as fontes será melhor explicada na secção das notícias.

Para que todos estes pontos que têm como objectivo que o jornal cumpra a sua missão há que estabelecer rotinas de trabalho. Esta rotinização do trabalho jornalístico pretende uma melhor eficácia do trabalho por parte dos jornalistas e serve como método de controlo de produção.

1.4 Efeitos das Notícias

Neste momento do nosso estudo iremos abordar as teorias que explicam os efeitos das notícias, ou seja, há que compreender os efeitos que as mesmas causam/ provocam nos leitores, no público-alvo. Os efeitos que se verificam são a três níveis: “relativamente à dimensão cognitiva dos meios de comunicação, às atitudes da audiência e às condutas derivadas do impacto da comunicação de massas” (Saperas, 1987, p. 24).

Considerando os estudos realizados sobre o assunto em questão podemos sistematizá-los em quatro etapas segundo Severin e Tankard (1979): a primeira etapa ocorre com estudos efectuados nos anos 1920 a 1940, e culminaria com a teoria hipodérmica ou teoria das balas “*bullet theory*”; a segunda etapa, “coincidiria com a etapa dos efeitos limitados coincidentes com as décadas de 1940 a 1960 e culminaria com a obra de Klapper, “*The Effects of Mass Communication*” (Correia, 2011, p.161); a terceira etapa é marcada por um período de busca de novas teorias e hipóteses, tentando romper com a “influência académica dos efeitos limitados” (Correia, 2011); na quarta etapa dos estudos há uma “revalorização dos efeitos dos *media*, apoiada em trabalhos como os de Noelle-Neumann, McCombs e Shaw” (Correia, 2011).

Porém, dividimos os efeitos causados pelas notícias em dois grandes momentos, onde o ponto de viragem ocorreu nos anos 1970. Antes desta data considerava-se que as notícias causavam um efeito directo no indivíduo – teoria hipodérmica, desprezando o meio onde estava inserido. Com as novas pesquisa efectuadas pós 1970, o meio social foi tido em conta, bem como a influência de determinadas pessoas – líder de opinião, sendo

que os efeitos causados deixam de ser considerados a curto prazo passando a efeitos de longo prazo “centrados na cognição” (Correia, 2011).

As teorias abordadas – que, não sendo as únicas, foram por nós consideradas as mais relevantes – não são estanques havendo por vezes uma contaminação entre elas.

1.4.1 Teoria Hipodérmica

A problemática dos efeitos dos *media* não foi tida em conta até ao fim da Primeira Guerra Mundial. Com o fim deste evento surgem novos meios de comunicação capazes de afectar um grande número de pessoas, impondo assim aos investigadores da área da pesquisa da comunicação ou “*communication reserach*” uma melhor compreensão do fenómeno que emergia, a crescente importância dos *mass media* na sociedade.

Assim, na tentativa de explicar dos efeitos dos *media*, surge a teoria hipodérmica ou teoria das balas “*bullet theory*”, segundo a qual “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados” (Mills, cit. in Traquina, 2000, p. 15).

A teoria em questão surge num período conturbado, entre as duas grandes guerras mundiais, é uma “teoria psicológica da acção” (Wolf, 1999, p.23), estudando o comportamento do público. Podemos-la descrever como sendo uma teoria da propaganda e sobre a propaganda. De um modo simples, as pessoas que constituem a audiência são sujeitas a um estímulo obtendo-se uma resposta previsível, atendendo que a “massa é composta por pessoas que não se conhecem, que estão separadas uma das outras no espaço e que têm pouca ou nenhuma possibilidade de exercerem uma acção ou uma influência recíproca” (Wolf, 1999, p.25). Ou seja, e segundo Wolf (1999), é o isolamento existente entre os indivíduos que compõem a massa que explica as capacidades manipuladoras dos primeiros meios de comunicação. Um exemplo bem presente desta manipulação é a campanha propagandística efectuada pelo regime nazi e fascista durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante o período em que a teoria hipodérmica era aceite surgem outros estudos tendo-a por base, que por sua vez a suplantaram. Um estudo que teve grande impacto na pesquisa da comunicação foi o de Lasswell (1948). Este aprofundou alguns aspectos do acto de comunicação: quem - o estudo dos emissores; diz o quê - a análise do conteúdo; através de que canal - a análise dos meios; com que efeito - a análise da audiência e dos efeitos.

O modelo de Lasswell (1948) tornou-se numa verdadeira teoria da comunicação, na qual o autor contesta que a iniciativa do acto de comunicar seja exclusivamente do emissor e os efeitos pertencentes só ao público. Lasswell (1948) com a sua pesquisa demonstrou que “os efeitos totais produzidos pelos *media* sobre indivíduos isolados não se manifestavam” (Correia, 2011, p. 174).

1.4.2 A abordagem empírico-experimental ou da persuasão

A teoria em causa surge nos anos 1940, sendo composta por dois tipos de abordagem: a empírica de campo e a abordagem experimental. Ambas concorrem paralelamente para a explicação dos efeitos causados pelos *mass media*. A teoria em questão está ligada à psicologia-experimental, enquanto a teoria hipodérmica está relacionada com a psicologia da acção.

A abordagem empírico-experimental vai rever o processo de comunicação, que até à data era visto como “uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta (Wolf, 1999, p. 34). A presente teoria vai evidenciar pela primeira vez a “complexidade dos elementos que entram em jogo, na relação entre emissor, mensagem e destinatário” (Wolf, 1999, p.34).

Com este estudo a análise deixa de ser global e passa ser mais específica, ou seja, passa a explicar a eficácia persuasiva óptima e por outro lado explica o insucesso das tentativas de persuasão.

Em suma e segundo Fleur (cit. in Wolf, 1999, p.34) “as mensagens dos meios de comunicação contêm características particulares do estímulo que interagem de maneira diferente com os traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público”.

Assim sendo a abordagem empírico-experimental tem como objectivo o estudo das características do destinatário da mensagem, e da mensagem em si.

As características do destinatário/ audiência em estudo, são: o interesse em obter informação, a exposição selectiva, a percepção selectiva e a memorização selectiva. Os factores relacionados com a mensagem são: a credibilidade do comunicador, a ordem da argumentação, a integralidade das argumentações e a explicitação das conclusões.

O interesse em obter informação prende-se com o facto de as pessoas só procurarem a informação que lhes interessa. A possível falta de interesse pode ser resultante da escassez de informação ou da falta de informação. Contudo, há um ponto comum a estes dois factores que é a exposição ao assunto. “Quanto mais expostas as

peças são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saber acerca dele” (Wolf, 1999, p.37).

Contudo, o público/audiência só tende a expor-se e a receber a informação que está de acordo com as suas atitudes e tende a evitar as mensagens com que está em desacordo – exposição selectiva.

A percepção selectiva é a terceira característica, a qual explica que o público só percebe aquilo a que está habituado, ou então “o que for mais conveniente em termos da obtenção de alguma gratificação social ou física” (Correia, 2011, p. 179). A escolha e a interpretação nem sempre vão ao encontro dos valores da maioria, pois a “interpretação transforma e adapta o significado da mensagem recebida, fixando-a às atitudes e aos valores do destinatário até mudar” (Wolf, 1999, p. 39). Um outro exemplo deste tipo de percepção, é quando “existe um efeito assimilação quando o destinatário considera as definições expressas na mensagem como mais análogas às suas” (Wolf, 1999, p. 40).

Na escolha selectiva está implícita a memorização selectiva, na qual “as atitudes e as opiniões próprias são memorizadas num grau mais elevado do que [a opinião dos] outros” (Wolf, 1999, p.41).

Em relação aos factores da mensagem, a credibilidade do comunicador assume um papel relevante. Se a audiência o considera fonte credível, o emissor “provoca uma mudança de opinião significativamente maior do que o atribuído a uma fonte pouco credível” (Wolf, 1999, p. 43).

A ordem de argumentação tem a ver com o efeito da apresentação em primeiro lugar dos argumentos pró ou dos argumentos contra numa mensagem bilateral. Se os argumentos apresentados inicialmente, sejam pró ou contra, tiverem uma maior eficácia falamos em “efeito *primacy*”². Se os argumentos apresentados no fim da mensagem forem os mais eficazes na mensagem falamos em efeitos “efeito *recency*”³. Os resultados dos estudos, em relação aos efeitos anteriormente referidos, não são conclusivos, pois há outras variáveis que devem ser tidas em conta, tais como a familiaridade com o assunto, o conhecimento que detém do mesmo, entre outras.

A integralidade das argumentações tem a ver com o “impacto que provoca a apresentação de um único aspecto ou, pelo contrário, de ambos os aspectos de um tema

²O efeito *primacy* ocorre mais em destinatários que não possuem conhecimentos prévios do assunto em questão.

³ O efeito *recency* ocorre quando os destinatários detêm algum conhecimento sobre o tema em causa.

controverso” (Wolf, 1999, p.44) e a possibilidade de modificar a opinião da audiência. A apresentação de ambos os argumentos referentes a um assunto, muda a opinião daqueles que tinham uma opinião contrária ao mesmo, e daqueles que detêm um grau de instrução elevado. Em relação àqueles que têm uma opinião favorável, ou aqueles que possuem um grau de instrução baixo, a sua opinião não se altera, com a apresentação de ambos os argumentos sobre determinado assunto.

Por fim o último factor da mensagem, é a explicitação das conclusões. Os estudos realizados nesta área visam explicar se uma mensagem que indica claramente as conclusões a quem pretende persuadir, será mais eficaz do que uma mensagem que indica essas conclusões de um modo implícito e deixa que sejam os destinatários a extraí-las (Wolf, 1999). A resposta obtida não é conclusiva, pois há que ter em conta determinadas correlações que influenciam o resultado conseguido, nomeadamente o grau de envolvimento do indivíduo com o assunto tratado. Contudo se os assuntos forem complexos e o público alvo estiver pouco familiarizado com o mesmo, a eficácia persuasiva é notória.

1.4.3 A abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados

Nas duas teorias anteriores, uma abordava a manipulação ou propaganda, e a outra a persuasão, nunca tendo em conta as relações sociais que pudessem existir. A presente teoria retrata não só as influências dos *media*, mas também as resultantes das relações comunitárias.

Há que salientar ainda outra diferença desta teoria em relação às antecessoras, é que a presente estuda a dinâmica dos processos de formação das atitudes, ao contrário das outras que se só se ocupavam dos efeitos.

Em suma, esta teoria consiste na união dos processos de comunicação de massas à dinâmica social, aprofundando assim as seguintes áreas: a diferenciação de públicos e seus modelos de consumo de comunicação de massas, e as pesquisas sobre a mediação social que caracteriza o consumo.

No que diz respeito à primeira área, a mesma visa o estudo dos efeitos pré-selectivos e os efeitos causados, ou seja, associar as características do público com as características dos programas⁴, tentando perceber o porquê das suas escolhas. A mesma divide-se em três partes: análise de conteúdo; características dos ouvintes; estudos sobre as

⁴ O estudo dos efeitos pré-selectivos foi aplicado à rádio, daí referirmo-nos a programas radiofónicos

satisfações. A análise de conteúdo “permite tirar conclusões acerca daquilo que os ouvintes extraem do conteúdo ou, pelo menos, eliminar algumas outras possibilidades” (Wolf, 1999, p. 49). Em relação às características dos ouvintes, os estudos procuram efectuar uma observação precisa e diferencial dos vários grupos de ouvintes (Wolf, 1999). Os estudos sobre as satisfações, tem a ver como o significado que o programa tem para o público.

As conclusões obtidas do estudo dos efeitos pré-selectivos, revelam apenas o que o programa pode significar para o público, e levanta um outro, como a audiência está estratificada.

A segunda área de estudo – as pesquisas sobre a mediação social – visa-se estudar “o contexto social e os efeitos dos mass *media*” (Wolf, 1999). Segundo Lazarsfeld (cit. in Wolf, 1999, p. 51) “os efeitos provocados pelos meios de comunicação de massa dependem das forças sociais que predominam num determinado tempo”, ou seja, existe um cruzamento das dinâmicas sociais com os processos de comunicação.

Foi no estudo sobre a mediação social, que surgiu a figura do líder de opinião e o efeito do fluxo de comunicação a dois níveis (*two step flow of communication*) de Lazarsfeld. A figura do líder de opinião é de mediador, entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo. A comunicação “atinge” o líder de opinião, que depois a direcciona/ passa para os restantes membros da comunidade.

Contudo este não é o único processo de formação da opinião de um indivíduo/comunidade. O outro processo é o da cristalização ou emersão das opiniões, que resulta da interacção entre os componentes do grupo.

Resumindo, esta teoria defende que o processo de comunicação de massas depende e está intimamente ligado aos “processos de comunicação internos à estrutura social em que vive o indivíduo” (Barreira, 2009), não estando assim ligado aos mecanismos psicológicos do indivíduo.

1.4.4 Agenda Setting

Das teorias explicitadas por nós até ao momento, todas estudam os efeitos dos *mass media* sobre o público a curto prazo, com o passar do tempo e os diversos estudos elaborados houve uma mudança de paradigma. Ou seja, os efeitos provocados pela exposição aos OCS passam a ser entendidos como consequências a longo prazo. Segundo Roberts (cit. in Wolf, 1999, p. 140) “as comunicações não intervêm directamente no comportamento explícito; tendem isso sim, a influenciar o modo como o destinatário organiza a sua imagem do ambiente”.

As diferenças mais substanciais, e segundo Neumann (cit. in Wolf, 1999, p. 140), são: “deixar de estudar casos singulares para se passar à cobertura global de todo o sistema dos mass *media*, centrada sobre determinadas áreas temáticas; deixam de se extrair dados, essencialmente, de entrevistas feitas ao público, para se passar a metodologias integradas e complexas; deixam de se observar e avaliar as mudanças de atitudes e de opinião, para se passar à reconstrução do processo pelo qual o indivíduo modifica a sua própria representação da realidade social”.

Esta mudança coincide com o surgimento da teoria do agendamento (*agenda setting*) (McCombs & Shaw 1972), a “qual visa examinar o papel dos *media* na formação e mudança de cognições” (Traquina, 2000, p. 17), ou segundo Wolf (1999, p. 145) “os mass *media* descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo que é necessário ter opinião e discutir”. Um exemplo desse papel desempenhado pelos *media* é o artigo escrito por Fields (2006), o qual retrata a importância dos jornais na formação e na moldagem da percepção da opinião pública sobre a problemática da educação nas escolas. O autor refere “a forma como os *media* escolhem divulgar e comentar esses eventos ou assuntos, terá um impacto e uma inevitável influência na maneira de pensar de muitos” (Fields, 2006, p. 3).

Abandona-se a compreensão dos efeitos directos sobre a audiência e a noção de efeito como mudança de atitude e passa-se a estudar “o efeito como influência indirecta exercida sobre a formação da percepção do meio em relação com outras instituições do sistema social, também estratégicas no conjunto da acção social” (Saperas, 1987, p. 46).

1.4.4.1 Evolução da Teoria

A teoria do agendamento tem por base o estudo da comunicação política, incidindo sobre a análise dos efeitos da comunicação de massas que resultam não da persuasão mas, sim, da exposição pública a determinados tipos de informação ou conhecimentos, na área política.

Em termos de evolução, apesar de se atribuir a sua concepção a McCombs e Shaw (1972), foi nos anos 1920 com Walter Lippmann no seu estudo, *Public opinion* que se iniciou a temática do *agenda setting*. Cohen (1963) definiu o conceito do agendamento, referindo que a “imprensa pode na maior parte das vezes não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar” (Cohen, cit. in Traquina, 2000, p.17). O culminar desta conceptualização foi com a publicação de um estudo em 1972 por McCombs e Shaw, os

quais definem a função do *agenda setting* “como resultado da relação que se estabelece entre a ênfase manifestada no tratamento de um tema por parte dos *mass media* e as prioridades temáticas manifestadas pelos membros de uma audiência depois de receberem o impacto dos mesmos *media*” (McCombs e Shaw, in Saperas, 1987, p. 55).

O estudo em causa decorreu nos Estados Unidos da América na campanha eleitoral para a presidência em 1968. Uma amostra de 100 eleitores que se mostravam indecisos em quem votar, foram submetidos a um inquérito antes das eleições. O inquérito visava saber quais as preocupações políticas que afectavam os referidos eleitores. Os resultados obtidos concluíram que os eleitores partilhavam das mesmas preocupações que os *mass media*, sendo que estes últimos “tiveram um impacto considerável na opinião dos votantes acerca do que consideravam ser os assuntos principais da campanha” (McCombs & Shaw, cit. in Traquina, 2000, p. 31).

Este trabalho veio criar novas linhas de investigação, na sequência das quais Rogers, Dearing e Bregman (1993) vieram defender que o processo do agendamento está dividido em três componentes: agenda mediática (ou jornalística); agenda pública; e, agenda política.

Contudo a maior parte dos estudos efectuados sobre a teoria do *agenda setting* salienta apenas a relação entre a agenda mediática e a agenda pública.

A agenda mediática define os conteúdos dos *media*, e na sua elaboração há certos factores a ter em conta, nomeadamente: os critérios de noticiabilidade utilizados pelos jornalistas na selecção dos acontecimentos, e a “acção estratégica dos promotores de notícias e os recursos que possuem e que são capazes de mobilizar” (Traquina, 2000, p. 26), com o intuito de acederem ao campo jornalístico.

No estudo efectuado por Molotch e Lester (1974), cujos estudos já referimos aquando da explicação da teoria interaccionista, identificam três pessoas na empresa jornalística, que são: os promotores das notícias (*news promoters*), os (*news assemblers*), aqueles que tornam perceptível as notícias, e os consumidores das notícias (*news consumers*), sendo que estes últimos vão estar sujeitos à influência dos *media*. Os autores do estudo referem a existência de interesses culturais, organizacionais, políticos e económicos que vão condicionar a promoção ou não de certos acontecimentos.

Neste processo de selecção está subjacente o *gatekeeping*, o qual representa o ponto fulcral da agenda mediática, ao seleccionar as notícias que constituem ou não a agenda mediática.

Assim sendo, na construção da agenda jornalística há que ter em conta dois pontos: o primeiro é a actuação dos editores, redactores, jornalistas na escolha das notícias; o segundo ponto é a acção estratégica que os promotores de notícias *news promoters* desenvolvem para conseguirem aceder à agenda mediática.

O agendamento, público (*public agenda-setting*), contempla os acontecimentos que segundo o público tem alguma relevância para eles, sociedade. Um exemplo é o artigo escrito por Borraz em 2007, *Risk and public problems*, no qual o autor se refere aos problemas ambientais de forma a criar uma consciencialização social sobre os mesmos. Com a publicação desse artigo, o autor conseguiu o apoio de determinados movimentos sociais, de forma a tornar os problemas ambientais uma causa comum, e não de um grupo restrito de pessoas.

Nos estudos efectuados sobre esta temática procurou-se entender quais os assuntos que são mais pertinentes para o público. Na realização desses estudos foi notória a relação existente entre a agenda mediática e a agenda pública. No que concerne à elaboração da agenda pública notou-se que o público queria ver abordados os assuntos defendidos pelos OCS.

Em relação à ligação entre a agenda mediática e agenda pública, os realizados não conseguem avaliar se é unidireccional ou bidireccional. Há autores que defendem que a agenda mediática fica imune à agenda pública. Outros há que referem que a influência da agenda pública sobre a mediática efectua-se de uma forma gradual.

Por último, refira-se a agenda política, que é o terceiro elemento no processo do *agenda setting*, cujos estudos se centram na agenda das entidades governamentais. No campo político”, um objectivo da luta política é fazer coincidir as suas necessidades de acontecimento com as dos profissionais do campo jornalístico” (Traquina, 2000, p. 22), ou seja, “no contexto da comunicação política, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da acção estratégica dos diversos agentes sociais, em particular, dos profissionais do campo político” (Traquina, 2000, p. 22).

Um exemplo bem patente do que referimos no parágrafo anterior foi a campanha efectuada pelo Governo sueco, no intuito de consciencializar o povo sueco para os problemas ambientais. Para conseguir os seus objectivos o governo, e atendendo à capacidade de influência dos *media*, recorreu aos mesmos para conseguir atingir o seu objectivo. Segundo Ugglá (2005, p. 719) “a política ambiental sueca, realizou uma campanha de informação usando de uma forma deliberada a cobertura mediática, para divulgar o perigo e ameaça que é a alteração de clima”.

Após termos explicado de uma forma sucinta como se constrói cada agenda que compõe o processo do *agenda setting*, tendo por base o modelo tripartido de Moloch e Lester (1974), falta-nos abordar o *framing*.

O *framing* é uma ferramenta utilizada por aqueles que detém o poder no texto comunicativo e transmitem as suas ideias para os demais (Entman, 1993). É uma técnica transversal a todo o processo do *agenda setting*, a qual é utilizada por pessoas ou organizações com alguma credibilidade reconhecida pela opinião pública. Esta técnica consiste na escolha do momento certo, da janela de tempo, para apresentar duas explicações idênticas sobre o mesmo problema. A diferença entre ambas é a ênfase dada a um pormenor ou outro, que segundo Druckman (2001) vai ser relevante na construção ou na manipulação da opinião pública. A apresentação é efectuada por alguém que o público alvo reconheça como credível, não criando assim nenhuma barreira mental à mensagem que está a ser transmitida.

Em suma, na aplicação do *framing* para além da escolha do momento ideal, tem que escolher uma pessoa ou organização credível para que esta técnica seja eficaz.

1.4.4.2 Críticas

Nem sempre o processo do *agenda setting* funciona, pois os efeitos diferem consoante a natureza do assunto. Um outro aspecto que influencia o efeito do agendamento tem a ver com a necessidade de orientação por parte do público em relação a determinados assuntos. Ou seja, o efeito de agendamento ocorre com pessoas que “têm uma grande necessidade de obter informação (...) e expõem-se mais aos *media* noticiosos” (Traquina, 2000, p. 33).

A área de investigação do *agenda setting* apresenta algumas imperfeições, como: a capacidade e a forma de elaboração da agenda mediática; a natureza da influência dos meios de comunicação. Como refere Cohen (cit. in Saperas, 1987, p. 80) “torna-se difícil distinguir entre um tipo de influência que determine o que as pessoas pensam e outro tipo de influência que determine sobre que é que as pessoas pensam”. Um último aspecto é existência de alguma imprecisão terminológica e o desconhecimento dos atributos da audiência sobre a qual vai recair a exposição da informação.

1.5 Notícia

“Estamos numa sociedade em que o conhecimento é mediatizado pelos meios de comunicação social e é crescente a nossa dependência desses meios para ter uma

determinada percepção do mundo” (Fontcuberta, 1999, p. 113). Mas há que ter em atenção que apesar dos consumidores terem acesso a muita informação isso não significa que os mesmos estejam informados.

O que procuramos abordar e explicar neste momento é a razão de um acontecimento ser notícia e não outro, quais as premissas que o jornalista deve observar antes da publicação da mesma. O processo que vai do acontecimento até à notícia é algo complexo, pois “o jornalismo não se limita a reflectir a realidade externa mas cria, ele próprio uma realidade de certa forma independente” (Crato, 1992, p. 88). Em relação à complexidade do processo de transformação de um acontecimento em notícia, o jornalista tem de descodificar a mensagem do acontecimento, e voltar a codificá-la para a transmitir num estilo simples e de fácil compreensão para o seu público-alvo.

Todo este processo, que pretendemos explicar, tem por base as investigações realizadas no âmbito da pesquisa de comunicação, nomeadamente os estudos sobre a produção de notícias (*newsmaking*). Esta abordagem está alicerçada em duas vertentes, “a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos” (Wolf, 1999, p. 188).

Na presente secção pretendemos, pois, identificar e explicar o que são as fontes de informação, os valores-notícia, a estrutura que uma notícia pode ter, e diferenciar o que é uma notícia de uma não notícia.

1.5.1 Fontes

As fontes são um elemento capital para a qualidade da informação produzida pelos *mass media* (Wolf, 1999). Longínquos são os tempos em que o jornalista aguardava a informação que lhe chegasse via fax ou telefone. Actualmente, com as novas tecnologias a informação, os acontecimentos chegam de uma forma mais rápida e por vezes em catadupa, competindo assim ao jornalista efectuar uma triagem do manancial de informação que lhe chega para não “dar as notícias com dados inexactos, porque uma informação errada é uma mentira pública” (Cardet, 1988, p. 47). Apesar das novas tecnologias o jornalista tem que continuar na senda do exclusivo, da primeira página, de uma forma sistemática e rigorosa, tem de ir às fontes de informação.

As fontes de informação podem-se definir como sendo “qualquer entidade que concentre em si o conhecimento de factos susceptíveis de gerarem notícias” (Cardet, 1988, p. 32). Podem, então, ser “pessoas, instituições e organismos de todo o tipo que facilitem a informação de que os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias”

(Fontcuberta, 1999, p. 46) ou, segundo Gans (in Traquina et al., 2001, p. 95), ser o jornalista a própria fonte: “o jornalista observa e entrevista, no sentido de fornecimento de informação e sugestão noticiosa”.

No que concerne à classificação das fontes a mesma não é consensual, variando conforme os estudos realizados. Cardet (1988) divide as fontes do ponto de vista da redacção: fontes internas do próprio jornal; e, fontes externas do jornal.

As fontes internas de um jornal são o arquivo, os correspondentes e o próprio jornalista, enquanto as externas são as agências noticiosas e outros órgãos de comunicação. As agências noticiosas têm como objectivo e missão a procura e a compilação de informações que disponibilizam o mais rapidamente possível às outras empresas assinantes, mediante pagamento. Os outros órgãos de comunicação são a restante imprensa, rádio, televisão.

As fontes externas ao jornal também podem ser exteriores à comunicação social e são as entidades oficiais, as entidades não oficiais, os contactos pessoais e o público. Em relação às entidades oficiais são o Governo, Assembleia da República, os ministérios, etc. As entidades não oficiais podem ser, por exemplo, os sindicatos, as empresas que através dos seus gabinetes de imprensa enviam/fornecem informações. Os contactos pessoais dependem da rede de relações que cada jornalista constitui e preserva com pessoas da sua confiança, e que geralmente se encontram em pontos-chave dos organismos, partidos, empresas, etc.

Por fim, o público, de uma forma anónima, fornece também informação que carece sempre de confirmação. A necessidade de confirmação deve-se ao facto de que a informação proporcionada pelos cidadãos não ter em conta os princípios que um jornalista observa antes de publicar o seu trabalho, nomeadamente, em termos do tratamento da informação, o que é notícia e o que é informação.

Numa outra perspectiva, para explicar o que são as fontes, Santos (2001) tem em conta alguns estudos empíricos realizados por diversos investigadores. Da análise dos mesmos o autor constata que as fontes têm pesos, importâncias distintas e os acessos às mesmas não são tão lineares como possa ter transparecido pela classificação anteriormente apresentada.

Os estudos referidos, é dado grande destaque às instituições governamentais devido ao seu peso político, sendo que estas são “citadas o dobro de vezes em relação às fontes do sector privado jornais e na rádio” (Ericson et al., cit. in Santos, 2001, p. 96). Segundo Santos (2001, p. 96) “as fontes mais poderosas tentam estabelecer publicamente os seus

símbolos e significados sobre os acontecimentos, de modo a justificar a autoridade das instituições a que pertencem”. De um modo geral os diferentes investigadores dividem as fontes em diferentes categorias, podendo diferir os nomes, mas que são: jornalistas, porta-vozes de instituições e organizações governamentais, porta-vozes de instituições e organizações não governamentais, e cidadãos individualizados.

Os jornalistas constituem-se como fonte ao fornecerem dados a outros profissionais, ou trabalharem dados oficiais. Enquanto fonte estabelecem nos seus textos a ligação entre os seus pontos de vista e os comentários das fontes citadas, sendo que a informação inicial não é a mesma que o jornalista transmite, pois a informação já foi trabalhado pelo mesmo, ficando impregnada de alguma subjectividade. Os jornalistas são considerados fontes ao serem entrevistados por outros profissionais (Santos, 2001).

As fontes governamentais estão sempre num patamar acima das não governamentais, pois para além do poder político detêm também alguma influência económica e conseguem facilmente ter acesso aos jornalistas. A estes factores podemos associar ainda a credibilidade e a produtividade. A credibilidade tem a ver com a qualidade de informação que é fornecida. Se a mesma é fidedigna, exige o mínimo possível de controlo, não havendo necessidade de perder tempo a confirmar a informação uma segunda vez com outra fonte. A produtividade está relacionada com a quantidade de material que as fontes governamentais, e também institucionais, fornecem, não havendo o perigo do não cumprimento dos prazos estabelecidos pelos jornais. Os cidadãos individualizados ajudam a corroborar os pontos de vista já noticiados pelos jornalistas (Santos, 2001).

Santos (2001) efectuou um estudo sobre as fontes de informação em Portugal, no qual concluiu que as fontes se dividem em três grandes categorias principais: as oficiais, onde se inserem o governo, instituições de carácter governamental ou privado, principais empresas; as regulares, que são as empresas, associações, líderes de opinião, analistas; e as ocasionais ou acidentais, quando um indivíduo observa um acontecimento e lhe é solicitada uma opinião.

1.5.2 Acesso às fontes

Actualmente, o jornalismo, independentemente da forma como se pratique, necessita de fontes de informação, pois “não há jornalismo sem fontes de informação” (Correia & Baptista, 2007, p. 235). As fontes, para conseguirem que a sua informação seja veiculada pelos jornais, tentam perceber o que os jornalistas procuram e quais os critérios de selecção que utilizam. O acesso das fontes aos órgãos de comunicação social não é tão

simples quanto possa parecer. As fontes governamentais ou as grandes instituições mais facilmente conseguem ver publicada a informação disponibilizada por eles, ao invés das instituições não governamentais e das pequenas empresas que têm algumas dificuldades em ver publicada a sua informação.

Ericson et al. (cit in Santos, 2001, p.98) “considera[m] haver dois tipos de possibilidades de as fontes chegarem junto das organizações noticiosas: acesso e cobertura”. Entende-se por acesso a ideia difundida pela fonte e que pode ser facilmente publicada, enquanto a cobertura “representa a indicação superficial do evento, descrito nos seus aspectos mais episódicos ou anedóticos” (Santos, 2001, p. 99). A diferença entre o acesso e a cobertura tem a ver com o meio de comunicação social, a proximidade geográfica da fonte, a sua agenda e o tipo de assuntos que pretende divulgar (Santos, 2001).

Com o intuito de verem a sua informação publicada as fontes desenvolveram mecanismos, tais como a emissão de comunicados, conferências de imprensa, almoços e visitas, de forma a fomentarem o contacto, estabelecer laços de confiança com os jornalistas. É da continuidade e manutenção dos contactos com os OCS que resulta a eficácia da transmissão de informação produzida pelas fontes.

Contudo, a produção dessa informação faz-se em três níveis: o primeiro é o assertivo ou proactivo, ou seja é a preparação do material a ser difundido; o segundo nível consiste na função de responder aos jornalistas; por fim, o terceiro nível e segundo Hess (in Traquina et al., 2001, p. 102) “diz respeito à organização interna, às actividades de natureza administrativa da própria organização”.

Nesta incessante busca, produção e controlo da informação por parte das fontes, o seu fim último é “reactivo, sujeito aos pedidos de agenda das empresas jornalísticas, e levando em linha de conta os critérios de noticiabilidade” (Traquina et al., 2001, p. 103).

Em Portugal e no meio da comunidade jornalística a relação entre as fontes e os jornalistas está protegida legalmente no Art.º 22º, alínea c) do Dec. Lei n.º 2 de 99, de 13 de Janeiro), tal como a relação entre um advogado e o seu cliente. Ou seja, o jornalista nunca revela as suas fontes, pois ao fazê-lo está a compromete-las, quebrando assim a confiança depositada nele. Pelo que foi anteriormente referido, sobre a pressão das fontes verem noticiadas as suas informações, o jornalista idóneo sabe que as fontes têm interesses. Daí o mesmo ter que comprovar previamente a fiabilidade da informação utilizando, para tal, alguns critérios (Crato, 1992): a autoridade da fonte tem a ver com a respeitabilidade; na produtividade está implícita a quantidade e a qualidade de informação

que é capaz de fornecer, bem como a capacidade de limitar a busca dos jornalistas⁵; e, a credibilidade da fonte cria-se com a respeitabilidade e com o ponto anteriormente explanado.

Se os jornalistas não efectuassem esta selecção e somente relatassem o que as fontes lhes fornecessem “o jornalismo não seria uma actividade criativa” (Crato, 1992, p. 102).

Na relação entre as fontes e os jornalistas está implícita uma rede de fontes que é fulcral para a produção de notícias. Pela distribuição da rede de fontes de um jornal consegue-se saber quais os critérios de noticiabilidade por que se pautam. De salientar que o estabelecimento da rede reflecte a estrutura social e o poder que um determinado órgão de comunicação detém.

Em suma, as fontes são importantes no processo de produção de notícias e porque de uma forma directa ou não estão ligadas a “sectores decisivos da actividade política, económica, social ou cultural” (Traquina et al., 2001, p. 69).

1.5.3 Valores-notícia

Na produção das notícias há que proceder à selecção da informação noticiável. Essa selecção é efectuada tendo por base os critérios de noticiabilidade, (*newsworthiness*) que tem um significado diferente dos valores-notícia, (*news*) *values*.

Os critérios que vão ajudar um jornalista a considerar ou não um acontecimento como sendo noticiável, resultam da conjugação das “necessidades do órgão informativo e dos jornalistas” (Altheide, in Wolf, 1999, p. 193).

Referimos que «podem ser», pois são os valores-notícia, que são uma componente da noticiabilidade, que irão indicar quais os acontecimentos suficientemente interessantes para serem notícia.

Os valores-notícia não são considerados de uma forma isolada, são sim as “combinações que se estabelecem entre diferentes valores-notícia que recomendam a selecção do facto” (Wolf, 1987, p. 196). Os mesmos não só estão presentes no momento da escolha, como estão ao longo do todo o processo de produção da notícia.

Os jornalistas portugueses José Letria e José Goulão, no seu livro *Noções de jornalismo*, identificam alguns valores-notícia que são: a actualidade; a generalidade, deve

⁵ O material que fornecem é o bastante, não sendo necessário os jornalistas irem indagar outras fontes.

interessar ao maior número de pessoas; a objectividade tem a ver com o rigor dos relatos dos factos; e a veracidade dos factos.

Com o intuito de identificar e sistematizar os valores-notícia que a comunidade jornalística utiliza no seu dia-a-dia para nos transmitir os factos que ocorrem, foram realizados estudos cujo objectivo foi estabelecer critérios para a concepção de uma notícia. Em 1965 Galtung e Ruge foram pioneiros nesses estudos, tendo identificado doze valores-notícias, que iremos enunciar e explicar:

Frequência – tem a ver com o período de tempo necessário para que o facto ocorra e adquira significado. Um exemplo deste valor-notícia é um acontecimento inopinado e que seja invulgar, tal como um assassinio, que é algo que não ocorre todos os dias. Contudo se o mesmo ocorrer num campo de batalha é mais uma morte a somar às outras todas, deixando assim de ser notícia;

Amplitude – está relacionada com a intensidade de um acontecimento. Se o acontecimento não for ambíguo mais facilmente é notado, logo maior a probabilidade de ser publicado;

Clareza ou falta de ambiguidade – o acontecimento a noticiar terá de ser unidimensional, apenas com um significado;

Significância – este valor-notícia é composto pela proximidade e a relevância. A notícia terá mais impacto se houver uma proximidade cultural com o facto, e se for relevante;

Consonância – segundo Galtung e Ruge (1965) este valor-notícia associa o acontecimento seleccionado com uma imagem pré-concebida em que o novo acontecimento é construído em função de uma velha imagem. Ou seja, a um acontecimento novo associa-se um velho, por exemplo os casos norte-americanos Watergate e o caso Irãogate. Apesar do lapso de tempo que os separa, as semelhanças unem-nos;

Inesperado – tem um duplo significado: o imprevisto que ocorre e seja matéria noticiosa, e ao mesmo tempo o inesperado ou o invulgar;

Continuidade – logo que um facto que é considerado notícia e alcance os títulos dos jornais, o mesmo é publicado durante um certo tempo, mesmo que a sua amplitude seja reduzida;

Composição – ou seja, na elaboração do jornal procura-se que exista um certo equilíbrio entre o número de diferentes assuntos que irão ser publicados.

Referência a nações de elite – se um acontecimento for respeitante a uma nação de elite, a probabilidade de ser noticiado é maior;

Referência a pessoas de elite – como o valor acima referido, tem a ver com o estatuto social dos actores do acontecimento;

Personalização – é um valor-notícia que está quase sempre presente, pois na grande maioria as notícias têm “mão humana”;

Negatividade – o qual segundo os autores, é caracterizada por vários factores, que são: a frequência, a consonância, e a ocorrência inesperada de um acontecimento negativo. Além de que estas notícias são de uma forma geral consensuais e claras na mensagem que pretendem transmitir.

Dos dozes valores-notícia apresentados, nos quatro últimos a cultura tende a ter uma grande influência.

Contudo, Galtung e Ruge (1965) referem que um acontecimento “poderá ter pouco de um valor e compensar isso com muito de outro” (Traquina, 2002, p. 182). Não está implícita a presença obrigatória dos doze valores-notícia para se poder considerar um acontecimento notícia.

Para além do contributo dado por estes autores, no nosso estudo abordamos também a forma como Ericson, Baranek e Chan (1987), Traquina (2002) e Wolf (1987) apresentam os valores-notícia

Ericson et al. (1987) expõem os valores-notícia da seguinte forma: a) simplificação é a ausência de ambiguidade, o acontecimento só tem um significado; b) dramatização tem a ver com a possibilidade de o acontecimento gerar algum tipo de emoções; c) continuidade e d) consonância na sua definição são ambos iguais à definição apresentada por Galtung e Ruge (1965); e) O inesperado é algo que acontece e se pode tornar noticiável, e se for negativo as probabilidades são maiores; f) infracção é um valor-notícia intimamente ligado à norma e ao desvio.

A classificação apresentada por Wolf (1987) contempla cinco categorias: a) as características substantivas da notícia ou ao seu conteúdo; b) disponibilidade do material; c) características relativas ao produto; d) as características relativas ao público; e, e) as características relativas à concorrência. Em relação à primeira categoria, as características substantivas da notícia ou ao seu conteúdo⁶ relacionam-se com a importância e o interesse da notícia. A segunda categoria diz respeito às características específicas do produto informativo e à disponibilidade de materiais, sendo que esta disponibilidade de materiais

⁶ a) Grau e nível hierárquico dos actores envolvidos no acontecimento; b) impacto sobre a nação ou interesse nacional; c) quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; d) relevância e significância do acontecimento quanto à evolução futura.

está relacionada com a acessibilidade que o acontecimento tem, para que o jornalista o possa tratar tecnicamente. As características relativas ao produto são várias, destacando nós: a acção, o ritmo, o carácter exaustivo, a clareza de linguagem. No que concerne às características relativas ao público, o jornalista deve tentar procurar satisfazer o público, nunca deixando de cumprir o seu papel, informar. Na quinta categoria, as características relativas à concorrência distinguem-se pela competição pelos exclusivos, o que nos remete para a criação de expectativas recíprocas – “uma notícia seja seleccionada porque se espera que os outros *mass media* concorrentes o façam” (Wolf, 1987, p. 190).

Em relação ao último autor, Traquina (2002), o mesmo considerou a existência de dois grupos de valores-notícia: os valores -notícia de selecção, podendo os mesmos ser substantivos ou contextuais, e os valores-notícia de construção.

Os valores-notícia de selecção, segundo Wolf (1987), remetem para os critérios que os jornalistas utilizam na selecção dos acontecimentos, e na decisão de escolher um acontecimento a ser transformado notícia.

Os valores-notícia de construção têm a ver com a qualidade da construção da notícia, indicando “o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção” (Traquina, 2002, p.187).

Assim sendo, os critérios substantivos que estão inseridos nos valores-notícia de selecção são: a) a morte – pois onde ocorrem mortes os jornalistas estão presentes. Pode parecer um pouco mórbido mas a morte é um assunto que suscita a atenção dos leitores; b) a notoriedade do agente do acontecimento é fundamental para o acontecimento ser notícia; c) a proximidade⁷ – o local onde ocorre o acontecimento é tido em conta, embora o aspecto cultural também deva ser tido em conta neste critério; d) a relevância – visa informar os leitores dos acontecimentos importantes, porque os mesmos influenciam de um modo ou de outro a vida das pessoas; e) a novidade – é um valor fundamental na comunidade jornalística, pois todos os dias, na sua busca incessante de notícias, os jornalistas procuram algo de novo; f) tempo – este valor-notícia pode assumir três modos diferentes: o factor tempo enquanto actualidade; o *news peg* (cabide para a notícia), ou seja, um acontecimento que já foi notícia mas que serve de suporte para a notícia em causa; o terceiro modo tem a ver com o perdurar da notícia no tempo; g) a notabilidade – tem a ver com a qualidade de ser visível, tangível. O acontecimento tem de ser evidente; h) o inesperado – é um valor-

⁷ Traquina (2002) refere que em casos de acidente “a chamada Lei McLurg estabelece uma relação entre o número de mortos e a distância geográfica para avaliar a noticiabilidade de um desastre” (2002, p. 188).

notícia importante no campo jornalístico, pois segundo o académico Tuchman (1978), o inesperado é algo que acontece e que deixa a redacção do jornal em polvorosa; i) o conflito ou a controvérsia – este último critério de selecção está muito ligado à violência física ou simbólica, ao escândalo.

Em suma os valores-notícia de selecção – critérios substantivos são consensuais na comunidade jornalística e aceites pela sociedade. Para reforçar esta ideia e segundo Hartley (in Traquina, 2002, p. 194) “formam um código que vê o mundo de forma particular”. O mesmo autor aponta os valores-notícia como sendo um mapa cultural do mundo social.

Os valores contextuais de selecção apresentados por Traquina (2002) são: a) disponibilidade, ou seja, qual o dispêndio em termos de recursos e a facilidade com que é possível efectuar a cobertura jornalística, ou seja, se a afectação de recursos se justifica ou não para cobrir aquele acontecimento; b) o equilíbrio tem a ver com a quantidade de notícias que existem actualmente sobre um determinado assunto ou que já foram publicadas, havendo a preocupação de diversificar as matérias publicadas; c) visualidade, isto é, a existência de material visual (fotografias, filmes) que possa enriquecer e tornar atractiva a notícia; d) a concorrência está relacionada com a competição que existe a diversos níveis entre os jornais e os jornalistas; e) o dia noticioso prende-se com o facto de haver períodos mais fecundos em acontecimentos noticiosos que outros, e que “cada dia jornalístico é um novo dia” (Traquina, 2002, p. 198), pois os acontecimentos concorrem entre si. Em Portugal o mês de Agosto é o período menos rico em acontecimentos noticiosos, em virtude das fontes habituais das notícias se encontrarem de férias. Nesse período são notícia factos que durante o ano teriam pouca noticiabilidade.

No que concerne aos valores-notícia de construção têm a ver com a qualidade de construção da notícia e são: a) simplificação, e como referimos em outros autores, quanto mais directa e menos ambígua for a notícia, maiores as probabilidades de ser publicada; b) amplificação, já que quanto mais amplificado é o acontecimento, mais são as possibilidades de ser publicado; c) a relevância, a par da personalização, pretende apelar “à participação do leitor”, ou seja, compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante de modo a que as pessoas se identifiquem com o mesmo, que tenha significado para elas, d) a personalização, remete-nos para a valorização das pessoas intervenientes na notícia, valorização essa que tem por objectivo a identificação do leitor com o acontecimento, quer nos aspectos negativos quer nos positivos; e) a dramatização, que pode ser “entendida como o reforço dos aspectos críticos, dramáticos e conflituais” (Correia, 2011, p. 154).

Em suma, estes são os critérios aceites pela comunidade jornalística, podendo haver algumas variações que têm por base a cultura, a sociedade onde os estudos foram realizados, mas na sua maior parte são coincidentes embora em categorias diferentes.

Contudo e apesar dos critérios de escolha dos acontecimentos a serem notícia estarem definidos, após a escolha por parte do jornalista a mesma é submetida à política editorial do jornal. Por outras palavras, o livro de estilo de um jornal é, e segundo Galvão (in Crato, 1992, p. 124), “um padrão mínimo e uniforme de qualidade de texto”, as normas que pautam o estilo jornalístico de um jornal.

Em conclusão se quisermos definir o que é a notícia tendo em conta o que foi explanado acerca das fontes e dos valores-notícia, apenas podemos corroborar a afirmação de Tuchman (in Traquina et al., 2001, p. 131) “ a notícia é uma construção social da realidade”, na qual os jornalistas têm um papel preponderante.

1.5.4 Estrutura

Iremos, agora, descrever de uma forma sucinta a estrutura que a notícia pode ter, pois a mesma é flexível, dependendo do órgão de comunicação que a publica.

A forma como a notícia é redigida deve obedecer a alguns critérios, nomeadamente: a simplicidade, que implica que a leitura da notícia esteja ao alcance de qualquer um; a concisão, devendo o jornalista ser directo, escrever poucas palavras e transmitir o máximo de informação; a vivacidade na escrita, de modo a cativar o leitor, mas nunca caíndo no exagero.

Em relação à estrutura a notícia está dividida em título, *lead* ou abertura e o corpo ou texto. O título tem uma dupla função que é a de informar e criar interesse no leitor. O *lead* ou abertura pode ser um parágrafo (dependendo do tipo de notícia), no qual se faz a introdução ao texto, respondendo ao elementos: quem, o quê, quando e onde. Quanto ao *lead* também podemos diferenciar dois tipos: o *lead* informativo, o qual resume a ideia da notícia; ou o *lead* iniciativo, quando se desperta a atenção do leitor para um ou vários aspectos fundamentais no texto. A utilização de um ou outro *lead* depende do tipo de notícia, se é uma reportagem ou uma entrevista.

O corpo da notícia é o texto que visa responder ao como e ao porquê, podendo ser utilizadas na sua readacção três técnicas diferentes: pirâmide normal, pirâmide invertida ou construção por blocos.

Na técnica da pirâmide normal ou pirâmide narrativa os factos são apresentados por ordem do acontecimento, portanto por ordem crescente de importância. Inicialmente faz-se uma descrição dos factos terminando o texto com o(s) aspecto(s) mais relevante(s).

A pirâmide invertida é uma técnica jornalística, na qual o jornalista começa a notícia pelo essencial e finaliza com os pormenores acessórios. A construção por blocos ou sistema de pirâmides sucessivas consiste na decomposição do tema em aspectos principais, tratados por ordem decrescente de importância, mas cada um de sua vez.

Em suma, como referimos ao longo da presente secção, o ciclo de produção de uma notícia é complexo, o que se vai reflectir na própria definição de notícia. Não é consensual entre os investigadores do jornalismo, contudo podemos afirmar que a notícia só o é porque alguém a divulga e outro tem conhecimento do facto/acontecimento.

2. Polícia

2.1 Polícia

Abordaremos o tema Polícia enquanto “actividade da Administração Pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica” (Correia, 1994, p. 394), e não a polícia enquanto instituição.

Assim sendo, e numa perspectiva cronológica, abordaremos a evolução do conceito de Polícia. Actualmente, em Portugal, a doutrina refere-se ao conceito de polícia numa vertente “de cariz positivo, traduzida na obrigação da protecção pública dos direitos fundamentais dos cidadãos” (Castro, 2003, p. 394). E atendendo a este ideal, a Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma das instituições que regula e auxilia a manutenção da ordem pública no quotidiano, assim como em cenários de grandes eventos.

Em seguida iremos definir qual a missão da PSP enquanto instituição, assim como o conceito de ordem pública. A noção em causa será explicitada numa perspectiva do normal funcionamento da comunidade, podendo caracterizar-se segundo Pinto (1985, p. 551) como “o conjunto dos princípios fundamentais subjacentes ao sistema jurídico, que o Estado e a sociedade estão substancialmente interessados em que prevaleçam e que têm uma acuidade tão forte que devam prevalecer sobre as convenções privadas”.

No fim da presente secção iremos descrever o modo como a PSP se relaciona com os OCS no seu dia a dia e aquando da realização de um grande evento.

2.2 Evolução do conceito de Polícia

A palavra Polícia é polissémica variando o seu significado ao longo do tempo. Etimologicamente do grego *politeia*, sendo a sua correspondente no latim *politia*. Ambas a palavras têm o prefixo *polis*, significa cidade, que significa a constituição, o ordenamento, o regime ou a forma de governo da cidade estado. Há autores que também associam a origem da palavra polícia à palavra política, a qual passou a significar a organização política da comunidade, havendo autores clássicos, nomeadamente, “Platão [que] definia a polícia como a vida, a regulação e a lei que mantém a cidade, Aristóteles [que] defendia que a boa ordem e o governo da cidade eram o mais precioso dos bens e para Sócrates a polícia representava a alma da cidade” (Castro, 2003, p. 22).

A ideia de regulação e funcionamento da cidade perdurou até ao fim da Idade Média, pois a partir do Estado Moderno, onde o rei era tido como um representante divino, sendo o mesmo é o responsável pela actuação da polícia. Este aumento de poder e controlo régio tem como consequência que a polícia seja observada como sendo mais um instrumento fundamental para a consolidação do Estado.

Foi durante o Estado Moderno que surgiu pela primeira vez na Alemanha o conceito de polícia, como sendo a boa ordem da coisa pública (*zustand guter Ordnung*). Neste conceito estão implícitas todas as tarefas não externas do Estado (finanças, justiça, assuntos militares), excepto os assuntos espirituais, apesar do príncipe ser considerado o chefe espiritual.

Ainda na Alemanha, no século XVII ocorreu a separação da noção de justiça da de polícia, com o fundamento de que os assuntos privados são da responsabilidade dos tribunais.

Apesar de estarmos no período absolutista, há uma separação dos assuntos da administração dos da justiça, iniciando-se assim a aproximação dos assuntos de polícia com as matérias relativas à administração pública. Todo este período podemos-lo caracterizar como sendo “Estado de polícia – um Estado investido de um poder geral de polícia para a conservação e desenvolvimento da colectividade nacional” (Burdeau, 1995, cit. in Castro, 2003, p. 25). O Estado de polícia em Portugal ocorreu no período pombalino, no qual a polícia é toda a actividade administrativa interna do Estado.

No século XVIII com o surgimento do Iluminismo e com a Revolução francesa inicia-se a limitação do poder régio, submetendo-o ao direito. O “Estado de polícia tende a ceder a uma nova forma donde o arbitrário é proscrito, o estado jurídico ou de Direito. A polícia fica sendo um ramo, apenas, da actividade do Estado” (Caetano, 1990, p.1063). Com esta mudança o modelo de polícia passa a ter por base o respeito e cumprimento da lei, cujo objectivo é garantir a liberdade do indivíduo, terminando assim com a ideia que a polícia é mais um instrumento do Estado, no sentido de manter a prepotência do mesmo.

Alguns autores alemães, (Putter, 1770; Reichert, 1802) reforçam a ideia do parágrafo anterior, acrescentando que o papel a desempenhar pela polícia seria o de evitar os perigos eminentes e não fomentar o bem-estar (*Wohlfahrtspolizei*).

Assim sendo, e já no século XIX, a concepção de polícia passa pela, defesa perante os perigos, a manutenção da ordem, tranquilidade e salubridade, sendo que passamos a falar de um Estado polícia que zela pela segurança de todos. Contudo não é fácil de evitar algum sentimento negativista pela limitação, restrição de alguns direitos em detrimento de outros. Ou seja, há situações que os cidadãos têm os seus direitos limitados para que outros possam exercer os seus.

Em Portugal e após o movimento do iluminismo (Revolução Francesa), um dos primeiros autores que abordou o tema de Polícia no âmbito administrativo foi Marcello Caetano. O autor em questão classificou a polícia como sendo uma actividade administrativa, pelo que é regulada pelo direito administrativo., uma vez que os eus serviços são de utilidade pública.

No seu manual de direito administrativo, Marcello Caetano, (1990), define a polícia como sendo “o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir nos exercícios das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizam os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 1990, p. 1066).

Actualmente, e após vários autores terem também eles definido o que se entende por polícia, a definição que é considerada é a de Sérvulo Correia referida por nós no primeiro parágrafo da presente secção “actividade da Administração Pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica” (Correia, 1994, p. 394).

Contudo, importa referir que a actividade de polícia não pode ser confundida com a actividade de outro serviço da administração. Segundo Gleizal, Domenach e Journès (cit. in Oliveira, 2002, p.70) a polícia é definida como “uma função específica do Estado e como uma actividade de manutenção da ordem pública necessária à existência de qualquer sociedade. Ao contrário, o serviço público, corresponde à expressão das necessidades particulares, que variam em função da procura social e que exigem o trabalho de organizações que se interponham entre o Estado e os cidadãos”.

Atendendo ao conceito de polícia, e na prossecução da sua actividade, importa diferenciar o que se entende por polícia no sentido orgânico ou institucional, em sentido material ou funcional e as diferentes modalidades de polícia.

A polícia em sentido orgânico ou institucional “é todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial” (Correia, 1994, p. 406). Não a devemos confundir com os outros serviços da administração pública, pois o objectivo do serviço da polícia já está definido na Constituição da República (CRP), Lei de Segurança Interna (LSI) e Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP).

Em sentido funcional ou material, e como referimos no início da presente secção, é a emissão de regulamentos e a prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares que possam ser lesivas para a sociedade.

No que concerne à distinção entre as diferentes modalidades de polícia, podemos dividir em duas grandes áreas: polícia administrativa propriamente dita, e polícia judiciária. Esta última é a modalidade de polícia “que tem por objecto a prevenção dos crimes e a investigação daqueles que, não obstante, foram cometidos, com vista à repressão da criminalidade” (Raposo, 2006, p. 29). A polícia administrativa propriamente dita subdivide-se em polícia administrativa geral e polícias administrativas especiais, sendo que a primeira é a actividade “que visa a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada” (Caetano, 1990, p.1070). As polícias administrativas especiais são as actividades que visam um fim específico e “têm por objecto a observância e a defesa de determinados sectores da ordem jurídica” (Caetano, 1990, p. 1070), tais como a saúde, economia, estrangeiros, entre outros.

Em suma, e independentemente da modalidade ou sentido de polícia que destaquemos, o fim último é sempre a ordem pública, a paz social, o respeito dos valores fundamentais da sociedade.

2.3 Missão

No que concerne à caracterização da missão da Polícia de Segurança Pública, a mesma está estatuída na Constituição da República Portuguesa (CRP), que no art.º 272º - Polícia – “condensa o chamado direito constitucional de polícia” (Canotilho & Moreira, 2010, p. 858). No número um e de uma forma abrangente a ideia presente é a de garantir e respeitar os direitos dos cidadãos, o qual temos que conjugar com o art.º 27º, n.º 1 da CRP, que diz que “ todos têm direito à liberdade e segurança”. No n.º 2 do art.º 272º da CRP a polícia para efectivar o n.º1 tem que respeitar as leis.

Todo este artigo reflecte o conceito de polícia numa vertente positiva “traduzida numa obrigação de protecção pública dos direitos fundamentais dos cidadãos” (Castro, 2003, p. 394).

Em suma, o art.º 272º condensa o direito constitucional de polícia, de modo “a abranger a polícia administrativa, em sentido restrito, a polícia de segurança, e a polícia judiciária” (Canotilho & Moreira, 2010, p. 858).

Também a Lei de Segurança Interna⁸ (LSI), no seu art.º 2º – Princípios fundamentais – e no art.º 1º - Segurança Interna, reforçam a ideia de missão prevista para a PSP. Por fim na Lei Orgânica da PSP (LOPSP)⁹, no seu art.º 1º, n.º 2, o qual refere que a “PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei”.

2.4 Manutenção da Ordem Pública

O conceito de ordem pública também não é consensual. Contudo é nossa opinião que a ordem pública é um valor essencial para a vida em sociedade. Como refere Clemente (1998, p. 111) “representa o princípio da segurança sem o qual não há justiça, nem paz, nem sequer convivência social pacífica em liberdade, ou seja, a ordem pública não é um fim em si mesma”.

Para se assegurar que este valor é cumprido a Polícia adopta actualmente um determinado modelo de policiamento pelo qual pauta a sua actuação. Esse modelo teve a sua génese no Reino Unido com a criação da Polícia Metropolitana de Londres, por Sir Robert Peel, no qual a filosofia de actuação visa uma aproximação do público à polícia - “a polícia é o público e o público é a polícia” (Oliveira, 2006, p.120), e que denominou por Modelo Comunitário. A filosofia subjacente a este modelo é de uma Polícia que actua para

⁸ Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto.

⁹ Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto.

a melhoria da qualidade de vida, para resolver os problemas ou desordens que interferem na paz comunitária e que visa a colaboração/ cooperação com o público.

Num âmbito mais restrito, e atendendo ao nosso objecto de estudo, ao proceder à manutenção da ordem pública em eventos de natureza colectiva, organizados ou espontâneos que se desenrolam na via pública, a PSP adopta um papel preventivo e de negociação. Com esta atitude solidifica o modelo comunitário, afastando-se “da ideia do confronto e da escalada de força em prol (...) de uma atitude mais tolerante” (Waddington, 2007, p. 190).

Ou seja, nota-se uma suavização da atitude da polícia para com aqueles que estão a exercer um direito, neste caso o direito à manifestação. No lado oposto surgem indivíduos que literalmente só estão ali presentes perturbar e incentivar aos distúrbios, e com uma atitude mais violenta. Nestas situações a polícia tem um papel dual: actua de uma forma mais vigorosa, no sentido garantir o exercício do direito á manifestação e repelir todos aqueles que entrem em conflito ou perturbem a realização desse direito¹⁰.

2.5 A PSP e os órgãos de Comunicação Social

Na senda da construção de uma polícia moderna a relação da Polícia de Segurança Pública com os órgãos de Comunicação Social (OCS) também ela tem evoluído. Este relacionamento pode-se dividir em duas grandes áreas: a imagem que a PSP passa para o exterior no seu dia a dia, e aquando da realização de determinados eventos que envolvam a participação de um elevado número de elementos, bem como a imagem do próprio País.

Em relação à primeira área a PSP procedeu a uma uniformização de critérios, cujo objectivo é de passar uma imagem cuidada e de unificação da corporação. Nos serviços que a PSP considere relevantes, a forma de como a instituição apresenta os resultados, deve transmitir essa nova imagem.

Contudo nesta área a polícia não actua num papel preventivo aquando de ocorrências que transmitem uma imagem negativa da corporação. Ou seja, a polícia não emite nenhum comunicado, no sentido de acalmar a comunidade e os OCS. A polícia limita-se a “desviar” dos comentários e das notícias que vem a público, cuja fonte é a outra parte interveniente. No sentido de atenuar um pouco uma possível imagem negativa da actuação policial, a PSP poderia tomar a iniciativa, e de uma forma neutra emitir um comunicado, cujo o fim último é de orientar a (des)informação que é publicada.

¹⁰ Parecer n.º 40/98, da Procuradoria Geral da República.

A segunda área de intervenção da PSP com os OCS, tem a ver com a realização de determinados eventos, onde a Polícia de Segurança Pública assume um papel crucial para o bom desenrolar do mesmo. Atendendo à especificidade do serviço é criado um gabinete de imprensa, o qual diariamente comunica aos OCS e de uma forma faseada o desenrolar do evento. Um exemplo desta situação foi a visita de Sua Santidade o PAPA, na qual a PSP antecipadamente foi informando os constrangimentos ao nível do trânsito, as operações realizadas com o intuito de manter todos os participantes em segurança.

Para uma boa prossecução da missão, o gabinete de relações públicas elabora um dossier com toda a informação que considere pertinente, e em tempo oportuno transmite aos OCS e á população em geral.

3. Formulação do problema

Os órgãos de comunicação social e os meios de comunicação têm uma extrema importância na construção e evolução da sociedade. Os mesmos informam, transmitem, mesmo que às vezes seja de uma forma distorcida, o que se passa no mundo, sendo que a sua transformação em poderosos meios de persuasão das massas ocorreu no início do século XX, com os avanços tecnológicos que surgiram.

A imprensa escrita e o jornalismo desde a sua criação que tendem a saciarem a vontade de notícias das diferentes classes sociais e tendo por vezes um papel preponderante em alguns acontecimentos históricos.

Os estudos realizados, as teorias desenvolvidas sobre a actividade jornalística, com o intuito de entender o porquê daquela forma de escrever, têm o seu início nos fins do século XIX, princípio do século XX. Podemos enquadrar as teorias em duas posições antagónicas: "aquela que respeita e tem conta, na abordagem da realidade actual, as leis objectivas do desenvolvimento social; e aquela que as procura escamotear" (Hudec, 1981, p.9). Em relação à primeira posição estamos perante teoria do espelho, na qual o jornalista é imparcial, transmitindo os acontecimentos de um modo isento – teoria do espelho. Na posição oposta estão todas aquelas que por motivos organizacionais, políticos, culturais ou até pessoais distorcem os factos.

De um modo, digamos, paralelo, surgem estudos, teorias que tendem a explicar os efeitos que os *media* causam na sociedade. A primeira teoria a explicar os efeitos foi a teoria hipodérmica ou bullet theory, *que* tinha por base a psicologia behaviorista, o condicionamento do comportamento. Ou seja, os estímulos induzidos pelos *media* numa "massa anónima e indefesa" (Rodrigues, 2011, p.171) eram precisos. A reacção a esses

estímulos era entendida como individual e não colectiva, uma vez que se menosprezava o meio e as relações sociais, e o seu efeito era considerado imediato. À época esta teoria justificava e adaptava-se ao papel propagandista que os *media* tinham.

No fim dos anos 1960 os estudos sobre os efeitos cognitivos dos *media* sofreram algumas alterações conceptuais. Essas alterações deveram-se ao facto de haver alguma dificuldade em explicar, provar que os *media* influenciavam o comportamento das pessoas directa ou indirectamente. Os pressupostos da pesquisa da comunicação de massas (*mass communication research*) “eram inaceitáveis, apesar das sucessivas revisões a que tinham sido submetidos” (Rodrigues, 2011, p. 177).

Com base nestas alterações, alguns autores (Lazarsfeld,1955; McCombs & Shaw,1972; Molotch & Lester,1974) [entre outros], defendem que se devem considerar os efeitos dos *media* a médio e a longo prazo. O efeito provocado pelos *media* deve ser entendido como sendo um “reforço dos valores e comportamentos já existentes, no reforço de tendências de opinião já estabelecidas” (Mealha, 2009, p. 22).

Em suma, este novo rumo que os estudo sobre a influência dos *media* na sociedade segue, provoca o abandono da “busca dos efeitos directos sobre a audiência e chega-se a uma nova definição: o efeito como influência indirecta exercida sobre a formação da percepção do meio em relação a outras instituições do sistema social, também estratégicas no conjunto da acção social” (Saperas, 1987, p. 47).

Uma dessas instituições é a Polícia de Segurança Pública (PSP), a qual tem um papel regulador no dia a dia de todos aqueles que compõem a nossa sociedade, e cuja a missão é a “protecção pública dos direitos fundamentais dos cidadãos” (Castro, 2003, p. 394). Na prossecução da sua actividade a PSP adopta actualmente um determinado modelo de policiamento, Modelo de Policiamento Comunitário, pelo qual pauta a sua actuação. Esse modelo teve a sua génese no Reino Unido com a criação da Polícia Metropolitana de Londres por Sir Robert Peel. A filosofia subjacente a este modelo é de uma Polícia que actua para a melhoria da qualidade de vida, procurando resolver os problemas ou desordens que interferem na paz comunitária e que visa a colaboração/ cooperação com o público.

No nosso estudo e tendo em conta os trabalhos produzidos no âmbito da pesquisa da comunicação de massas, e a bibliografia consultada, o que visamos é melhor compreender a influência dos conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social (OCS) sobre o comportamento humano na sociedade. Mais em concreto a influência directa, ou não, que os OCS, e especificamente, os jornais exercem na sociedade, de modo

a criar nesta uma determinada consciencialização social sobre determinadas instituições do sistema social, em concreto, a actuação da Polícia de Segurança Pública em grandes eventos de natureza política. Sendo que a definição de “grande evento” adoptada por nós pertence ao projecto EU-SEC (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*), desenvolvido por consórcio internacional liderado pela UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). Das características evidenciada neste projecto, destacamos aquelas que se identificam mais com o panorama português e com o nosso objecto de estudo: o grande evento tem um grande significado histórico ou político ou popularidade; risco de apoiantes/ manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; grande número de pessoas; grande cobertura dos OCS; grande presença de *VIP's* (políticos, atletas, artistas, etc). Atendendo a estes critérios, foram então seleccionados os eventos: 12 de Março – manifestação “Geração à Rasca”; 19 de Março – manifestação CGTP; 29 de Maio – manifestação CGTP; 15 de Outubro – manifestação “Indignados”; 24 de Novembro – Greve geral; e, 26 de Novembro – manifestação “Indignados”.

O que nos propomos alcançar é a caracterização do discurso dos OCS sobre a actuação policial, especificamente sobre o policiamento de grandes eventos políticos; inferir sobre a possível existência de um agendamento das notícias, fornecer grelhas de compreensibilidade das notícias.

Capítulo II – Método

1. Abordagem qualitativa

O presente trabalho tem um carácter exploratório, tendo como ponto de partida apenas algumas considerações orientadoras, que surgem no enquadramento teórico. O mesmo subentende uma abordagem qualitativa, que segundo D’Oliveira (in Ribeiro, 2005, p. 51) “ambiciona a descrição, descodificação e interpretação de fenómenos e realidades em determinados contextos”.

A finalidade é decifrar, interpretar a mensagem contida nas notícias publicadas sobre a actuação policial em grandes eventos de natureza política, através do estudo das suas características.

Ao invés da análise quantitativa, a análise qualitativa pode ser aplicada a estudos cujo *corpus* é reduzido e é “válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa” (Bardin, 1988, p. 115).

Em suma a análise qualitativa é caracterizada pela dedução lógica, que tem por fundamento o índice constituído por temas, palavras, personagens e não pelo número de vezes em que estes surgem numa comunicação (Bardin, 1988).

2. Corpus

“O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1988, p. 96).

Assim sendo, o *corpus* deste trabalho é constituído por 32 notícias publicadas no Correio da Manhã¹¹, Diário de Notícias¹² e Jornal de Notícias¹³, no ano civil de 2011, sobre o tema da actuação policial em grandes eventos de natureza política.

3. Instrumento

Como referimos anteriormente o presente estudo é sobre a análise de notícias publicadas nos jornais num determinado contexto e período temporal, apresentando-se

¹¹ O Correio da Manhã tal como é hoje começou a ser publicado a 19 de Março de 1979, sendo o seu director o jornalista Vítor Martins, o qual implementou uma linha ideológica de centro-direita. É um jornal de linguagem acessível privilegiando os temas do quotidiano.

¹² O Diário de Notícias é um jornal que se publica desde 1 de Janeiro de 1865, podendo caracterizá-lo como sendo um jornal generalista que se rege pelas seguintes linhas orientadoras: credibilidade, isenção, qualidade e rigor.

¹³ O Jornal de Notícias, fundado em 2 de Junho de 1988 no Porto, rapidamente se afirmou como um órgão de comunicação em defesa do norte e das populações mais desfavorecidas. Após a reprivatização em 1990, tornou-se um jornal de informação geral, caracterizado pela solidez, confiança e grande proximidade com os leitores.

assim a análise de conteúdo como o instrumento mais útil para a concretização do nosso trabalho.

Esta técnica não é recente e nem exclusiva do século XX, pois não nos podemos esquecer da hermenêutica¹⁴, onde se tentava decifrar a mensagem dos textos bíblicos.

Há casos na história que ficaram marcados pela utilização desta técnica ainda que num modo embrionário, referimo-nos ao ano de 1640 na Suécia. A pesquisa foi sobre a autenticidade e a possível influência ou não de determinadas canções religiosas (hinos) sobre os Luteranos. No início do século XX com o desenvolvimento da imprensa escrita nos Estados Unidos da América (EUA) iniciam-se os estudos quantitativos e qualitativos das notícias publicadas nos jornais. Com as duas Grandes Guerras esta técnica também se aplicou ao estudo da propaganda e à política (década de 1940).

Nesse mesmo período houve alguns cientistas que tentaram definir esta técnica, entre eles Berelson (in Bardin, 1988, p. 19) que afirmou que a “análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Para Bardin (1988, p. 42) este instrumento é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Com essa análise, segundo Krippendorff (1980, p. 27), visa-se “fazer inferências¹⁵ a partir de dados, sobre certos aspectos do seu contexto e justificar essas inferências em termos de conhecimento dos factores estáveis num sistema de interesses. É através deste processo que os dados passam a ser reconhecidos como simbólicos”.

Em suma, qualquer acto comunicacional, seja perceptível ou não pelo receptor, pode ser submetido a análise de conteúdo (Henry & Moscovici, 1968).

As vantagens da utilização desta técnica é que ela “pode ser utilizada em pesquisas que se reportam a qualquer dos níveis de investigação empírica, com a vantagem de em muitos casos funcionar como uma técnica não-obstrutiva” (Vala, 1999, p. 106), pois não está dependente da recolha de informação, tendo o indivíduo como fonte e o mesmo podendo estar sujeito a influências de diversa índole.

¹⁴ A Hermenêutica é considerada com sendo uma “teoria de interpretação dos signos como elementos simbólicos de uma cultura; ciência da crítica e da interpretação dos textos bíblicos” (Larousse, 2009, p. 3702).

¹⁵ A inferência é uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras.” (Bardin, 1988, p. 39).

Uma outra vantagem é que aquando da produção e da recepção da mensagem os seus intervenientes não sabem se a mesma vai ser, ou se está, a ser analisada, diminuindo assim o risco de contaminação do processo de comunicação (Pais, 2004).

Mas para a aplicação da análise de conteúdo de uma forma credível, há que ter em conta três momentos: 1º a pré-análise; 2º a exploração do material; 3º o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na pré-análise ocorre a escolha dos documentos que vão constituir o *corpus*, a formulação das hipóteses e/ou dos objectivos, e também a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores.

No segundo momento, de exploração e análise do material, processa-se a codificação que “é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Bardin, 1988, p. 103). Na execução desse processo, e para que o mesmo seja credível, é sujeito a determinadas regras relativamente à sua fidelidade e validade (Bardin, 1988; Ghiglione & Matalon, 2001; Pais, 2004; Vala, 1999), de modo que as inferências sejam válidas.

Com o objectivo de aferir a regra da fidelidade, “os testes de fidelidade assentarão essencialmente sobre dois pólos: a fidelidade do codificador e a das categorias de análise” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 195). Em relação à fidelidade do codificador, há que ter em conta que qualquer conteúdo é susceptível de ter várias interpretações. Daí a existência de vários codificadores que ao analisarem o mesmo material devem chegar ao mesmo resultado, fidelidade inter-codificador. De igual modo também temos que considerar a fidelidade intra-codificador, ou seja, o mesmo codificador classifica o material da mesma maneira em momentos diferentes (Krippendorf, 1980; Vala, 1986). No que concerne à fidelidade das categorias de análise utilizadas pelo codificador, a solução está na palavra ambiguidade, pois se “a categoria utilizada não é ambígua, quer dizer, permite classificar sem dificuldade a unidade de registo¹⁶, fidelidade completa” (Ghiglione e Matalon, 2001, p. 195).

A validade pode ser definida como “a adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 196), sendo que a mesma é transversal a todas as etapas da análise de conteúdo (Vala, 1999). Se a mesma for

¹⁶ Unidades de registo segundo Bardin (1986, p. 98) “unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

correctamente aplicada então os resultados obtidos serão aceites como factos incontestáveis (Krippendorff, 1980), contribuindo assim para a “construção de teorias ou para a tomada de decisões na prática” (Pais, 2004, p. 251).

No processo de codificação as categorias de análise são de extrema importância, pois são “os elementos chave do código da análise” (Vala, 1999, p. 110). A construção das categorias de análise pode ser efectuada por dois tipos de procedimento: o fechado ou o aberto.

Ghiglione e Matalon (2001) definem o procedimento fechado, como tendo previamente estabelecido categorias de análise com base num *corpus* teórico. Em relação ao segundo procedimento, este distingue-se do fechado pela não existência de um quadro categorial teórico ou empírico, definido previamente, a servir de suporte à análise. A construção das categorias resulta da leitura que é efectuada do *corpus*, e das hipóteses e dos objectivos que vão sendo delineados. Este processo também é conhecido como sendo um “processo exploratório” (Henry & Moscovici, cit. in Ghiglione & Matalon, 2001, p. 210).

No processo de construção das categorias de análise de conteúdo as mesmas devem ser validadas, através de um teste de validade interna, no qual o investigador se certifica que através das regras de exaustividade e da exclusividade todas as unidades de registo entram numa das categorias e não podendo ser codificadas novamente em outra categoria (Vala, 1999).

O terceiro e último momento é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos mesmos com base no corpo teórico escolhido. (Bardin, 1988; Vala, 1999).

4. Procedimentos

O primeiro passo efectuada foi a escolha dos jornais que serviram de base para o nosso estudo. O critério por nós utilizado na selecção dos jornais foi o maior número de leitores, sendo que, o Diário de Notícias, o Jornal de Notícias e o Correio da Manhã correspondem a esse critério.

Em seguida contactou-se o Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública (GIRP/DN/PSP), ao qual foi explicitado o nosso objecto de estudo.

O mesmo disponibilizou a conta do Ministério da Administração Interna (MAI) da base de dados da empresa CISION, a qual se dedica à recolha de todas as notícias

nacionais e internacionais que são publicadas/ divulgadas em todos os OCS nacionais e regionais.

Concedida a autorização para consulta da referida base, procedemos à pesquisa das notícias utilizando os descritores, referidos na formulação do problema, do seguinte modo: colocou-se o descritor **manifestação** no campo “esta frase ou expressão” e obtivemos 1978 notícias, das quais só 595 foram publicadas nos OCS em análise. O mesmo procedimento foi efectuado para os restantes descritores e os resultados foram: **Indignados** - com este descritor obteve-se 490 resultados; OCS pretendidos 181; **Rasca** - com este descritor obteve-se 690 resultados; OCS pretendidos 215; **Greve Geral** - com este descritor obteve-se 798 resultados; OCS pretendidos 220; **Policimento** - com este descritor obteve-se 473 resultados; OCS pretendidos 228; **polícia** - com este descritor obteve-se 7765 resultados; OCS pretendidos 4225; **“psp”** – com este descritor obteve-se 10930 resultados; OCS pretendidos 6180; **Protesto** – com este descritor obteve-se 3289 resultados; OCS pretendidos 1164.

Em suma das 26413 notícias analisadas seleccionamos as 13026 que foram publicadas pelos OCS em estudo. Em seguida procedemos à selecção das notícias cujo tema era um dos seis eventos em estudo: 12 de Março – manifestação “Geração à Rasca”; 19 de Março – manifestação CGTP; 29 de Maio – manifestação CGTP/ Professores; 15 de Outubro – manifestação “Indignados”; 24 de Novembro – “Greve Geral”; e 26 de Novembro – “Indignados”. Da referida selecção ficámos com 207 notícias. Mas como havia algumas que se repetiam procedemos à eliminação das notícias repetidas obtendo um total de 91 notícias (38 DN; 35 JN; e 18 CM).

O nosso objecto de estudo é “actuação policial em grandes eventos de natureza política”, pelo que lemos as 91 notícias, onde somente 32 notícias (12 JN; 12 DN; 8 CM), se referem à actuação policial.

Contudo e atendendo ao género jornalístico, que segundo (Crato, 1992, p.138) “são rotinas próprias da escrita, caracterizada em cada caso por factores variáveis, desde a forma como aparece a posição do autor, o estilo, o tema, até factores como a apresentação e dimensão”, as 32 notícias subdividem-se em 44 peças noticiosas (17 DN; 14 CM; 13 JN), repartidas nos géneros jornalísticos que iremos descrever.

Atendendo a esta definição, os géneros jornalísticos informativos presentes na nossa pesquisa são: notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, e a breve. A notícia em si é “o género jornalístico básico” (Crato, 1992, p. 139), e no nosso estudo a mesma

pode-se classificar como notícia curta ou desenvolvida. Sendo esta última “mais extensa e aprofundada, possui destaque no jornal diferenciando-a das outras” (Mealha, 2009, p. 50). A reportagem para além da informação dos factos visa criar no leitor “a intimidade com a narrativa e dar maior realismo aos factos exteriores” (Crato, 1992, p. 141), e esta ligação não se consegue só com a descrição dos factos.

A entrevista é o relato das informações que são conseguidas mediante as afirmações obtidas a partir de perguntas elaboradas pelo jornalista (Crato, 1992). A breve é uma curta informação até 20 linhas ou menos, sendo elaborada quando a “importância do assunto ou as informações existentes sobre ele não merecem mais do que uma curta referência” (Crato, 1992. P. 141).

O artigo de opinião, que é um género jornalístico opinativo, no qual o assunto é abordado num ponto de vista pessoal e não do ponto de vista informativo (Crato, 1992).

A construção deste *corpus* contemplou determinadas escolhas, regras nomeadamente: a exaustividade, ou seja, não foi deixada de fora deste *corpus* nenhum documento essencial para análise; a homogeneidade está implícita, pois os critérios de escolha foram precisos (Bardin, 1988); a representatividade, pois o nosso *corpus* representa todo universo (efectuamos a leitura de todas as notícias); e por fim a regra da pertinência, onde os documentos escolhidos são uma fonte de informação que apoia o objectivo do nosso estudo.

Após uma leitura mais cuidada das notícias, e tendo sempre presente as etapas que constituem a análise de conteúdo, no nosso estudo optou-se pelo procedimento misto (Pais, 2004), ou seja, como ponto de partida tivemos por base trabalhos anteriormente desenvolvidos no âmbito de estudos de imprensa sobre as drogas e o crime, sobre a pedofilia e sobre a reintegração social de reclusos (Fernandes, 1997; Gomes, 2003; Mealha, 2009). Contudo tivemos presente a possibilidade de outra categoria que emergisse da análise do *corpus*, o que se verificou relativamente às categorias: A - Manifestantes, B - PSP; D - Instâncias, F – Enquadramento/Descrição, que completam a nossa grelha (vd. Anexo1). Estas categorias resultaram de uma “leitura flutuante” (Bardin, 1988) efectuada nos documentos escolhidos por nós.

Finda a análise das notícias procedemos à contabilização das unidades de registo, para a posterior análise e interpretação dos resultados.

Capítulo III - Apresentação e discussão dos resultados

Antes de iniciarmos a apresentação dos resultados, convém referir alguns aspectos que julgamos pertinentes, relativamente aos eventos em estudo. Como foi referido na formulação do problema, os eventos em estudo foram seis, esperando-se que todos noticiassem a actuação policial. Contudo, das notícias que constituem o nosso corpus somente três eventos noticiados referiram a actuação da PSP (vd. Anexo 2). Das notícias referenciadas, 23 são relativas à “greve geral de 24 de Novembro de 2011”, cinco atinentes à manifestação do movimento “Indignados” a 15 de Maio de 2011, e quatro relativos ao evento “geração à rasca” que ocorreu a 12 de Março de 2011, pelo que podemos constatar que a soma destes dois últimos eventos constitui menos de que 50% do total das notícias do corpus.

De referir que nos eventos seleccionados, a PSP esteve sempre presente, actuando unicamente de forma mais enérgica na manifestação “greve geral”. Foi esta intervenção a que os OCS deram mais destaque, pois os factos que resultam da realização de um evento, que decorra dentro da normalidade, não são considerados noticiáveis (Rodrigues, 1999).

Da análise do quadro de distribuição das notícias (vd. Anexo 2) e tendo em conta os géneros jornalísticos, o Diário de Notícias tem uma percentagem de 38,6% das notícias analisadas, sendo os restantes 31,8% e 29,5% pertencentes, respectivamente, ao Correio da Manhã e ao Jornal de Notícias.

De um modo geral, e analisando em primeiro lugar as categorias, podemos referir que os OCS relatam – discurso indirecto – as afirmações efectadas pela Polícia (categoria E = 429 u.r.), (e.g.” As polícias temem a infiltração de grupos radicais da extrema-direita (...) nas 11 manifestações que acontecem amanhã em todo o País” – 1¹⁷). Em segundo lugar, descrevem e caracterizam o evento (categoria F = 211 u.r.), (e.g.” O protesto apartidário, laico e pacífico, tal como é anunciado” – 4).

No que concerne à PSP (categoria B = 180 u.r.), os *media* dão grande ênfase à intervenção policial, nomeadamente à forma como actuou e aos resultados dessa actuação, (e.g.” um rapaz e uma rapariga com cerca de 20 anos foram detidos”-9).

Sobre o discurso directo (categoria C = 149 u.r.), os OCS dão voz aos manifestantes, no sentido de perceberem a sua presença no evento, (e.g.” Pretendo combater a ideia que nos apresentam de uma situação inevitável -9).

¹⁷ O número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo.

Numa tentativa de explicar a actuação policial e o comportamento dos manifestantes temos a categoria sistema explicativo espontâneo (categoria G = 124 u.r.). Na caracterização dos manifestantes (categoria A = 114 u.r.), os *media* salientam as origens dos mesmos. Os OCS, não dão especial relevância às instâncias (categoria D = 58 u.r.), que são mencionadas nas notícias.

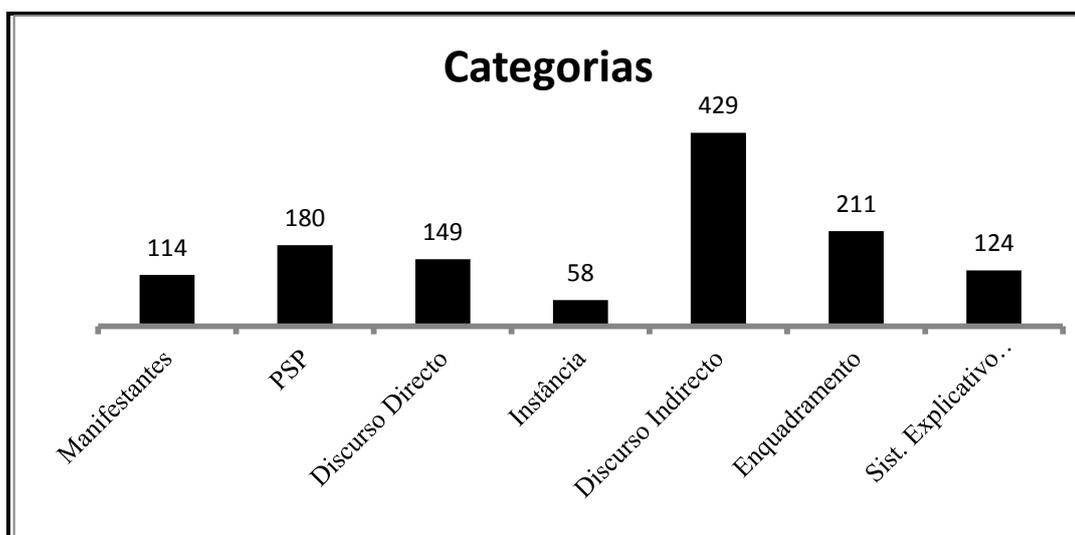


Gráfico 1 - Distribuição total da u.r. por categorias

No que diz respeito à análise do quadro dos resultados obtidos (vd. Anexo 3), podemos constatar que foram codificadas um total de 1264 unidades de registo (u.r.), sendo que a categoria Discurso Indirecto (E = 429 u.r.) surge em primeiro lugar. Nesta categoria, e conforme a definição da grelha categorial (vd. Anexo 1), pretendíamos aceder às declarações proferidas pelos diferentes intervenientes nos eventos em estudo, onde a polícia actuou.

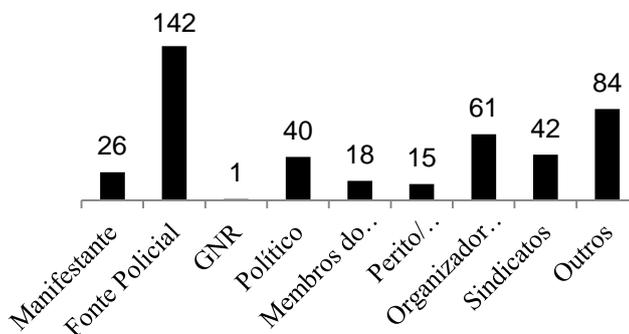


Gráfico 2 - Distribuição das u.r. pela categoria Discurso Indirecto

Relativamente à categoria E, a subcategoria com mais u.r. codificadas foi a relativa à Fonte Policial (E.2 = 142 u.r.), ou seja, os *media* em estudo salientam as declarações proferidas pela Polícia (e.g. “De acordo com o responsável pelo destacamento policial presente na manifestação, intendente Luís Elias, um rapaz e uma rapariga com cerca de 20 anos foram detidos no sábado” – 9). Nesta subcategoria as unidades codificadas revelam três grandes temas sobre os quais a polícia se pronuncia: a segurança do evento; o porquê da actuação policial e os resultados/ consequências dessa mesma actuação. A segunda subcategoria foi a Outros (E.9 = 84 u.r.), onde as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS são vários, desde o Presidente da República, elementos da Polícia Judiciária, SIS, advogados, artistas, entre outros. Os Organizadores do evento/ representantes de movimento/ plataforma, subcategoria (E.7 = 61 u.r.), é a terceira, a qual revela os motivos pelos quais o evento, a manifestação foi criado. Os Sindicatos subcategoria (E.8 = 42 u.r.), onde a informação predominante, são as críticas dirigidas ao actual Governo. Na subcategoria Políticos (E.4 = 40 u.r.), estão subjacentes duas grandes ideias: críticas ao actual governo, ou críticas à actuação policial (e.g. “Uma das vozes revoltadas que se ouviu foi a da deputada do Bloco de Esquerda Ana Drago, a exigir explicações” – 28). Os manifestantes, subcategoria (E.1 = 26 u.r.), onde estão contidas todas as menções aos manifestantes e/ou participantes no evento. As subcategorias Membros do Governo (E.5=18 u.r.) e a subcategoria Perito/comentador/especialista (E.6 = 15 u.r), foram as quintas e sextas respectivamente. Em ambas a mensagem que passam pode-se dividir em duas áreas: uma atinente à da actuação policial, na qual a justificam, e a outra é relativa ao actual panorama sócio-económico que o país atravessa. A subcategoria GNR (E.3=1u.r.), relativa ao desimpedimento de uma linha de comboio no norte do país.

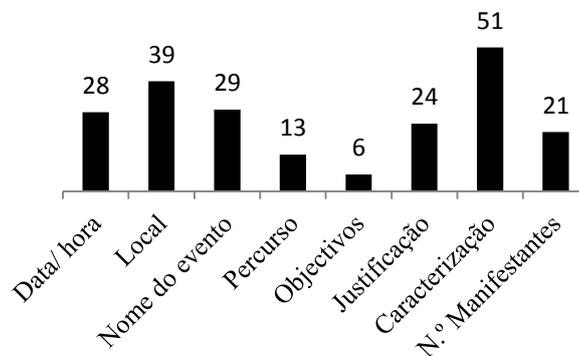


Gráfico 3 - Distribuição de u.r. pela categoria Enquadramento

A segunda categoria com mais u.r. é a Enquadramento/ Descrição do evento (F= 211 u.r.), a qual visa codificar as notícias cujo conteúdo seja a descrição ou caracterização do evento. Assim sendo, a subcategoria com mais unidades de registo é a Caracterização (F.7=51 u.r.), na qual se descreve o ambiente ou a forma como decorreu o evento (e.g. “A marcha ficou marcada por momentos de tensão que obrigaram ao reforço policial” – 6). Em seguida a subcategoria Local (F.2 = 39 u.r.), foi a que obteve mais registos, atendendo que um dos eventos ocorreu em diversos locais do país. As subcategorias data/hora (F.1=28 u.r.) e nome do evento (F.3 = 29 u.r.), foram a terceira e quarta subcategoria. A justificação/ motivos, subcategoria (F.6 = 24 u.r.), é a quinta subcategoria, que indica o porque da convocação do evento. As três últimas são a subcategoria manifestantes (F.8= 21 u.r.), a percurso (F.4 = 13 u.r.), e a objectivos (F.5 = 6 u.r.), relativamente aos fins que se pretendem atingir com a realização do evento.

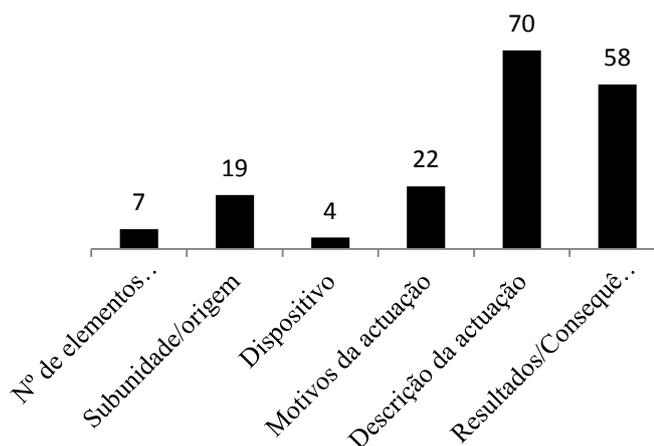


Gráfico 4 - Distribuição das u.r. pela categoria PSP

A categoria (B) – PSP, foi a terceira com 179 u.r., na qual se pretende caracterizar a PSP pelos OCS. Sendo que estes dão um grande ênfase à actuação policial, subcategoria (B.5= 70 u.r.), e aos resultados/ consequências, subcategoria (B.6 = 57 u.r.). Na primeira subcategoria os *media* dão destaque ao modo de como a polícia efectuou a detenção de um cidadão alemão e aos confrontos que ocorreram na escadaria da Assembleia da República. A subcategoria (B.6) informa quais as consequências dessas actuações, nomeadamente nos manifestantes, jornalistas presentes e os elementos policiais. O número de elementos policiais (B.1 = 7 u.r.), a subunidade de origem (B.2 = 19), dispositivo (B.3 = 4 u.r.) e os motivos da actuação (B.4 = 22 u.r.), comparativamente com a subcategoria B5, não foram muito destacadas. Sendo que este último valor é inferior ao da subcategoria (B.5), não

havendo uma correspondência entre os motivos que levaram a Polícia a actuar e a descrição dessa acção.

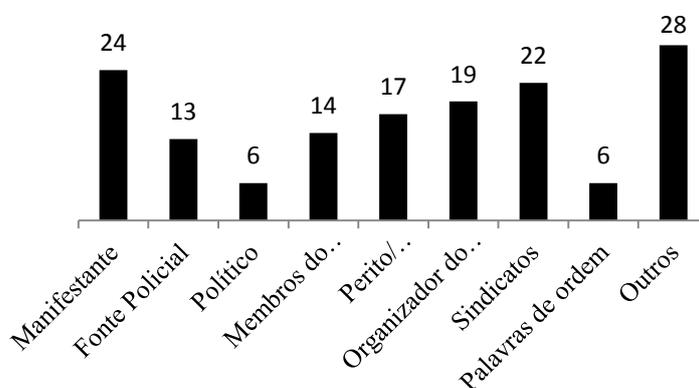


Gráfico 5 - Distribuição das u.r. pela categoria Discurso Directo

No discurso directo, categoria (C), o que pretendemos é aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala. A subcategoria com mais registos é a Outros (C.9 = 28 u.r.). Contudo os intervenientes são vários, e as unidades de registo codificadas em cada um não justificava a criação de uma subcategoria.

Assim sendo, e como os eventos em causa são de natureza política, os *media* dão ênfase aos manifestantes (C.1 = 24 u.r.), que se pronunciam acerca das razões pelas quais ali estão (e.g. “Trabalhamos ambos no privado e estamos estáveis, mas é altura de dizer basta” – 8). Os sindicatos (C.7 = 22 u.r.), os falam sobre os resultados dos eventos. Os organizadores do evento (C.6 = 19 u.r.), são a terceira subcategoria, na qual os intervenientes falam sobre a situação económica do país e o porque da criação daquela organização/ movimento. A subcategoria perito/comentador/especialista (C.5 = 17 u.r.) fala sobre a legitimidade da actuação policial (e.g. “devem usá-la para defender a Assembleia contra manifestantes que evidentemente estão a provocar a violência” – 10), e dos ataques com *cocktails molotov* a algumas repartições de finanças. A subcategoria membros do Governo (C.4 = 14 u.r.), surge em sexto. A Fonte Policial, subcategoria (C.2 = 13 u.r.), fala sobre a presença de elementos à civil na manifestação da greve geral. A subcategoria política (C.3 = 6u.r.), retrata os aspectos sociais da crise, e a investigação à actuação policial (e.g. Se isto acontecesse no tempo de Rodrigues Maximiano, a inspecção-geral já estava no terreno”, diz o deputado António Filipe).Relativamente à subcategoria

palavras de ordem (C.8 = 6 u.r.), expõe as palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

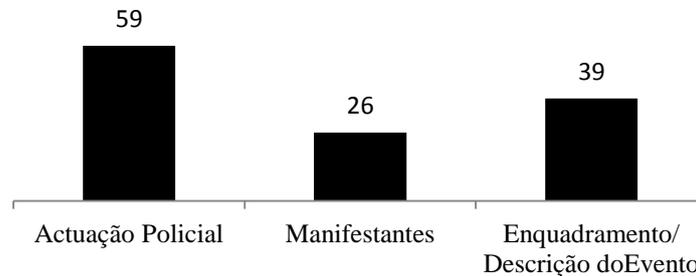


Gráfico 6 - Distribuição das u.r. pela categoria Sistema Explicativo Espontâneo

A quinta categoria é o sistema explicativo espontâneo (G) com 135 unidades de registo, na qual acedemos às referências efectuadas de uma forma subjectiva, e que justificam actores e actos que correspondam às subcategorias: actuação policial (G.1 = 59 u.r.), manifestantes (G.2 = 37 u.r.), enquadramento/ descrição do evento (G.3 = 39 u.r.).

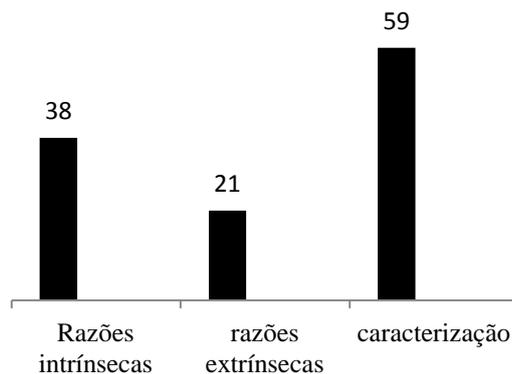


Gráfico 7 - Distribuição de u.r. pela categoria Manifestantes

Em sexto lugar a categoria (A) manifestantes com 114 u.r. onde incluímos toda a informação atinente às razões pessoais e sociais que levam a que os manifestantes participem nos eventos, bem como, a caracterização dos mesmos. A subcategoria com mais u.r. é a caracterização (A.3 = 59 u.r.), a qual caracteriza os manifestantes (e.g. "entre jovens, precários, reformados, empregados, pessoas de meia-idade, idosos, e até famílias inteiras, desfilaram ontem em Lisboa" – 6). A subcategoria razões (A.1=34 u.r.), identifica os motivos pessoais que levam que os manifestantes a participar no acontecimento. A terceira subcategoria razões extrínsecas (A.2= 21 u.r.) alude os motivos de ordem social, política que justifiquem a participação dos manifestantes.

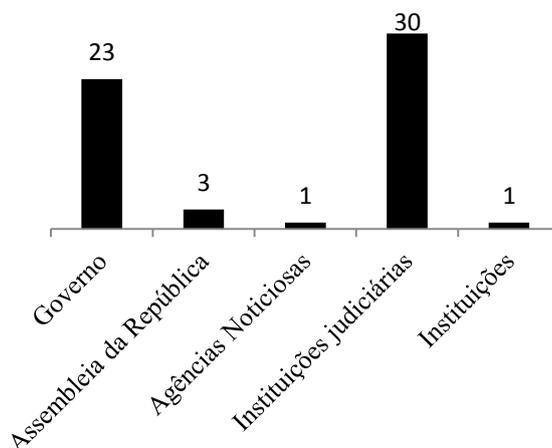


Gráfico 8 - Distribuição das u.r. pela categoria Instâncias

Por último, temos a categoria (D) – instâncias, com 58 u.r., na qual assentamos todas as unidades de registo relativas às diferentes instâncias que são referidas aquando da actuação policial em grandes eventos de natureza política. Assim temos a subcategoria instâncias judiciárias (D.4= 30 u.r.), a subcategoria (D.1=23 u.r.), a subcategoria Assembleia da República (D.2=3 u.r). Com o mesmo número de u.r. temos as subcategorias agências noticiosas (D.3 =1) e a subcategoria instâncias (D.5=1). Nesta categoria os temas retratados pelos OCS são a detenção e apresentação dos detidos no tribunal, assim como, a abertura de um processo de averiguações aos elementos policiais envolvidos nas referidas detenções.

Capítulo IV – Conclusões

No decurso deste trabalho foi efectuado um estudo exploratório, onde se procurou decifrar a mensagem das notícias publicadas pelos OCS sobre a actuação policial, em grandes eventos de natureza política.

Antes de referirmos as conclusões obtidas, há que destacar que neste trabalho não efectuámos qualquer estudo comparativo entre os jornais seleccionados, ou seja, não estudámos a forma como cada jornal funciona ou como estão estruturados.

Tendo em conta a sustentação teórica exposta, a actuação da Polícia de Segurança Pública, nos eventos de natureza política, a manifestação “greve geral”, decorrida no pretérito dia 24 de Novembro, é a única que reúne os critérios com mais relevância dada pelos *media* para ser considerada uma notícia. A selecção deste acontecimento enquanto notícia é o resultado de “diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores-notícia, que recomendam a selecção de um facto” (Wolf, 1999, p.175). Alguns dos valores-notícia presentes na notícia em questão são: a significância, subdividida na proximidade e relevância; a actualidade e a negatividade, que estão presentes na referida actuação. Este último valor-notícia, segundo Galtung & Ruge (1965), preenche vários valores-notícia que são: a frequência e a consonância. Soma-se a isto, o facto das notícias serem de uma forma geral consensuais e claras na mensagem que pretendem transmitir. Ainda sobre este último valor-notícia, “o registo de *excesso* é de todos o mais corrente visto ser irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos, tanto dos corpos individuais como dos corpos colectivos e institucionais” (Rodrigues, 1999, p. 28).

Os *media* em estudo referem-se a uma actuação excessiva por parte da Polícia, atendendo à natureza do evento (greve geral) e os motivos que levaram à sua realização.

Em relação às fontes das notícias, os OCS em estudo salientam as declarações proferidas pela PSP como sendo uma fonte credível.

Relativamente à actuação policial, os jornais deram-lhe um grande destaque nas escadarias da Assembleia da República, realçando, ainda, os resultados obtidos no desenrolar dessa acção. No referente ao desempenho policial, os jornais em estudo, nos seus títulos, dão destaque à instauração de inquéritos aos polícias que trajavam à civil na manifestação da greve geral. Nas notícias publicadas, os referidos polícias encontravam-se

no meio dos manifestantes, sendo identificados como os causadores, instigadores dos incidentes ocorridos. Os incidentes em causa consistiram nos confrontos directos destes polícias à civil com os elementos do Corpo de Intervenção (CI); na actuação do CI junto dos manifestantes; e na detenção de um cidadão alemão pelos polícias à civil.

Com o passar dos dias, e conforme as notícias que foram publicadas, pôde constatar-se uma realidade diferente das notícias iniciais, confirmando, assim, que o jornalismo não é um simples reflexo da realidade, antes uma representação dos acontecimentos, de acordo com um sistema de convenções e interesses que são variáveis (Crato, 1982).

As notícias publicadas que desmantelaram a realidade, inicialmente construída pelos OCS, foram o nível de violência do cidadão alemão para com os elementos da polícia; os antecedentes criminais do referido cidadão detido; e o papel dos elementos da polícia à civil, que era o de zelar pelo cumprimento do direito de manifestação e impedir a infiltração de elementos de movimentos extremistas no evento.

Em relação aos efeitos provocados na comunidade, estes foram imediatos, criando um sentimento de revolta para com a actuação policial. Contudo, não podemos fazer uma comparação, nem tão pouco falar em teoria hipodérmica, pois a concepção da mesma tinha um fim diferente.

Porém, com as declarações proferidas pela PSP e por diversos peritos/comentadores sobre as medidas a serem aplicadas aos elementos da PSP e sobre o porquê da actuação da polícia, estas contribuíram, também, para o desvanecer do acontecimento jornalístico.

Relativamente aos outros intervenientes no evento (organizadores, sindicatos e manifestantes), as declarações prestadas e as ideias transmitidas focavam, todas, sobre a causa da realização do evento e das condições sócio-económicas do país. Os políticos que criticaram, de forma veemente, a actuação da Polícia, descreveram-na como sendo impeditiva da realização de um direito, exigindo a abertura de inquéritos criminais e disciplinares aos elementos policiais intervenientes. Estas ideias transmitidas por alguns políticos são opostas ao conceito de cariz positivo, traduzido na obrigação de protecção pública dos direitos fundamentais dos cidadãos por parte da Polícia (Castro, 2003).

Apesar de no período em estudo (ano transacto de 2011), terem ocorrido eleições legislativas, sensivelmente a meio do ano (5 de Junho), não foi por nós observado qualquer relação entre esse acto e a produção de notícias sobre a Polícia. Aquilo que pudemos

constatar durante a recolha e selecção das notícias, foi o destaque dado pelos OCS a essa alternância de Governo durante o período que a antecedeu.

Um outro facto, que nos despertou a atenção, foi a demissão da direcção do ‘Jornal de Notícias’ um mês antes das referidas eleições (um dos OCS por nós seleccionados). No entanto, não nos é possível verificar se essa mudança de direcção teve alguma implicação na linha editorial, uma vez que apenas analisámos duas notícias anteriores a essa data.

Referências

Livros

- Bardin, L. (1988). *Análise de conteúdo* (2ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Batista, F. C. (2007). *Jornalistas do ofício à profissão*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redacção: Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 152-166). Lisboa: Vega.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Vol. 1, 10ª ed., pp. 1061-1111). Coimbra: Almedina.
- Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. (2010). *Constituição da república portuguesa* (Vol. 2, 4ª ed., pp. 857-862). Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardet, R. (1988). *Manual de jornalismo* (6ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Castro, C. (2003). *A questão das polícias municipais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Correia, F. (1997). *Os jornalistas e as notícias* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, J. (1994). *Dicionário jurídico da administração pública* (Vol. 6). Lisboa.
- Crato, N. (1995). *Comunicação social: A imprensa* (5ª ed.). Lisboa: Presença.
- Fernandes, L. (1997). Etnografia urbana da droga e do crime. In C. Agra (Coord.), *Droga-crime: Estudos interdisciplinares* (Vol.10). Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta
- Hartley, J. (2004). *Comunicação, estudos culturais e media*. Lisboa: Quimera.
- Hudec, V. (1981). *O que é o jornalismo* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.

Larousse Enciclopédia Moderna. (2009). Rio de Mouro: Círculo de Leitores /Editions Larousse.

Letria, J., & Goulão, J. (1986). *Noções de jornalismo* (2ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.

Pinto, C. (1985). *Teoria geral do direito civil* (3ª ed.). Coimbra: Edições Coimbra.

Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.

Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. (2ª ed., pp. 27 - 33). Lisboa: Vega.

Rodrigues, A. D. (2011). *O paradigma comunicacional: História e teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, R. (2001). Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In N. Traquina, A. Cabrera, C. Ponte, & R. Santos (Eds.), *O jornalismo português em análise de casos* (pp. 93-133). Lisboa: Editorial Caminho.

Saperas, E. (1987). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas* (2ª ed.). Porto: Edições Asa

Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.

Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo* (1ª ed.). Lisboa: Quimera.

Traquina, N. (2001). Teorias das notícias: O estudo do jornalismo no século XX. In N. Traquina, A. Cabrera, C. Ponte, & R. Santos (Eds.), *O jornalismo português em análise de casos* (pp. 19-91). Lisboa: Editorial Caminho.

Vala, J. (1986). *A análise de conteúdo*. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-127). Porto: Afrontamento.

Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Devon: Willian Publishing Culmcott House.

White, D. M. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na selecção de notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 142-151). Lisboa Vega.

Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação* (1ª ed.). Lisboa: Presença.

Teses

Clemente, P. J. (1998). *Da polícia de ordem pública*. Dissertação de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Mealha, T. I. G. M. (2009). *Exclusão ou reintegração: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos*. Dissertação de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Oliveira, J. F. (2002). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento*. Dissertação de mestrado, não publicada (Vol. 1). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Pais, L. M. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Ribeiro, J. B. (2005). *Psicopatia em Portugal: Uma análise da comunicação científica portuguesa*. Monografia de licenciatura, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Artigos Científicos

Borraz, O. (2007). Risk and public problems. *Journal of Risk Research*, 10 (7), 941-957.

Druckman, J. N. (2001). On the limits of framing effects: Who can frame? *The Journal of Politics*, 63, (4), 1041-1066.

Fields, B. (2006). School discipline coverage in australian newspaper: Impact on public perceptions, educational decisions and policy. *Australian Association for Research in Education Annual Conference 2005: Creative Dissent Constructive Solutions*, 1-15.

Miller, J. M. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.

Mythen, G. (2010). Reframing risk? Citizen journalism and the transformation of news. *Journal of Risk Research*, 13 (1), 45-58.

Schudson, M. (1988). Porque é que as notícias são como são. *Revista de Comunicação e Linguagem*, 8, 17-27.

Uggla, Y. (2008). Strategies to create risk awareness and legitimacy: The swedish climate campaign. *Journal of risk Research*, 11 (6), 719-734.

Sítios

Barreira, B. B. (2009). *Análises e estudos sobre jornalismo*. Disponível em <http://analisesdejornalismo.wordpress.com/2009/08/15/a-teoria-do-espelho/>, consultado em 12/03/2012.

Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: Livros LabCom. Disponível em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf, consultado em 17/01/2012.

Entman, R. (1993). *Framing: Toward clarification of a fractured paradigm*. Disponível em http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/POLI891_Sp11/articles/J-Communication-1993-Entman.pdf, consultado em 24/04/2012.

Silva, R. C. (s.d.) *A transição do jornalismo: Do século XIX ao século XX*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-rodrigo-carvalho-transicao-do-jornalismo.pdf>, consultado em 27/11/2011.

Diplomas Legais

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, *Diário da República*, Iª Série-A, n.º 155.

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, *Diário da República*, Iª Série, n.º 168.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, *Diário da República*, Iª Série, n.º 167.

Parecer n.º 48/89, da Procuradoria-Geral da República, *Diário da República*, IIª Série, n.º 73, de 28/03/1989, homologado por Despacho Sua Excia. o Ministro da Administração Interna.

ANEXOS

ANEXO 1. Grelha categorial

A – Categoria “**Manifestantes**” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “**Razões intrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (12)¹⁸:” *Estou a lutar por melhores condições de vida*”.

A.2 – Subcategoria “**Razões extrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (6):” *Temos de dizer bem alto aos nossos políticos que não estamos dispostos a suportar os sacrifícios que nos estão a impor*”.

A.3 – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (6):” *(...), entre jovens, precários, reformados, empregados, pessoas de meia-idade, idosos, e até famílias inteiras, desfilaram ontem em Lisboa*”.

B – Categoria “**PSP**” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “**N.º de elementos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (10):” *Os cerca de 150 elementos do CI*”.

B.2 – Subcategoria “**Subunidade/origem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (10):” *o Corpo de Intervenção (CI) da Unidade Especial de Policia (UEP), da PSP*”.

¹⁸ Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo

B.3 – Subcategoria “**Dispositivo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (9): “(...) *na sequência da linha de ordem pública feita para reocupar o espaço (...)*”.

B.4 – Subcategoria “**Motivos da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (10): “*grupo de manifestantes tentou forçar a barreira colocada pela polícia ao fundo da escadaria da Assembleia de República*”.

B.5 – Subcategoria “**Descrição da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (10): “*Perante o abanar das grades, o Corpo de Intervenção (CI) (...), reagiu de imediato com algumas bastonadas sobre os que se encontravam mais na linha da frente (...)*”.

B.6 – Subcategoria “**Resultados/Consequências da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc).

Ex. (9): “*dois manifestantes detidos durante o protesto dos indignados*”.

C – Categoria “**Discurso Directo**” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (8): “*eu não vou perder o subsídio de Natal porque tenho uma pensão Inferior a mil euros, mas estou solidário*”.

C.2 – Subcategoria “**Fonte policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (19): “*Nós não andamos com bastões nem com pistolas nem com algemas para mostrar mas para usar se for necessário*”, diz o director nacional da PSP”.

C.3 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (20):” *Se isto acontecesse no tempo de Rodrigues Maximiano, a inspecção-geral já estava no terreno*”, diz o deputado António Filipe”.

C.4 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (10):” *Miguel Relvas, (...) este tempo difícil exige concertação, mas também trabalho*”.

C.5 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (10):” *General Leadro: Tenho esperança que não. Tem de haver reflexão para que não se chegue aos níveis de violência que têm acontecido noutros países*”.

C.6 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (9):” *Estamos aqui por bem, num espírito positivo. O que queremos mesmo é ver o País sair desta crise - garantiu uma das organizadoras ao CM*”.

C.7 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (10):2 *João Proença, (...) era categórico: “Nunca assistimos a tanta manipulação de números”*”.

C.8 – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (6):” *Passos ladrão, não levas um tostão*”.

C.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (20):” *Já o bastonário dos advogados, Marinho e Pinto, diz que actuação da PSP “vergonhosa e indigna”*”.

D – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber

quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (10):” *O Governo tentou desdramatizar a greve geral*”.

D.2 – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (27):” *quando foi detido pela PSP nas “escadas da casa do povo*”.

D.3 – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (3):” *À Lusa, esta estagiária de 25 anos,(...), disse que o discurso veio apenas no seguimento daquilo que tem sido a sua política desde o primeiro mandato*”.

D.4 – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (15):” *A Procuradoria-Geral da República preferiu esperar pelo resultado das averiguações da PSP sobre a violência exercida sobre um jovem*”.

D.5 – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (12):” *As medidas da troika vão deixar o País na miséria*”.

E – Categoria “**Discurso Indirecto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (8):” *André Champyllon, (...), pedia uma revolução que nos devolva o que é nosso* “.

E.2 – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (9):” *De acordo com o responsável pelo destacamento policial presente na manifestação, intendente Luís Elias, um rapaz e uma rapariga com cerca de 20 anos foram detidos no sábado*”.

E.3 - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex. (10):” *linhas de comboio só retomadas após intervenção da GNR*”.

E.4 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (10):2 *Francisco Lopes, PCP: é necessário este sobressalto cívico capaz de mudar Portugal*”.

E.5 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (10):” *E o ministro Miguel Relvas ilibou-os de responsabilidade*”.

E.6 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (10):”*José Manuel Anes- Esta ‘sinalização’ prévia foi, aliás, o que levou à rápida detenção ontem junto ao Parlamento, de seis indivíduos*”.

E.7 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (5):” *Paula Gil, da organização, acredita que as manifestações podem crescer muito depois da nova realidade*”.

E.8 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (10):” *Ao seu lado, Carvalho da Silva dizia mesmo que a adesão a esta greve geral era claramente superior à verificada um ano antes, na greve geral contra o Governo de José Sócrates*”.

E.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (6):” *Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, juntou-se ao grupo e disse que esperava mais gente*”.

F – Categoria “**Enquadramento/Descrição**” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “**Data/hora**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (5):” *Hoje (15 OUT)às 15.00*”.

F.2 – Subcategoria “**Local**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (6):” *Uma concentração no jardim Manuel Bivar (...) em Faro*”.

F.3 – Subcategoria “**Nome do evento**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (6):” *“marcha dos indignados”*”.

F.4 – Subcategoria “**Percurso**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (6):” *partiram do Marquês de Pombal em direcção ao Parlamento*”.

F.5 – Subcategoria “**Objectivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (4):” *no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país*”.

F.6 – Subcategoria “**Justificação/Motivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (4):” *A Geração à Rasca sai hoje á rua. Pelo direito ao emprego*”.

F.7 – Subcategoria “**Caracterização**” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (4):” *O protesto apartidário, laico e pacífico, tal como é anunciado*”.

F.8 – Subcategoria “**N.º de manifestantes**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (1):” *Rossio protestem mais de mil pessoas*”.

G – Categoria “**Sistema Explicativo Espontâneo**” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em

grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Actuação policial”

Ex. (19): *“(…) ou excesso do uso da força, PSP e GNR teimam em pespegar com a versão dos envolvidos nos seus comunicados oficiais”*.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex. (19): *“(…) será mesmo procurado pela Interpol”*.

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex. (21): *“Com a crise pujante emerge o preocupante desemprego”*.

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título	Género jornalístico
1	CM	11-03-2011	Geração à Rasca	Manifestação	SIS e PSP vigiam “Geração à Rasca”	Notícia
2	DN	11-03-2011	Geração à Rasca	Manifestação	O Presidente estava a falar deles?	Notícia
3	JN	11-03-2011	Geração à Rasca	Rasca	PSP e SIS já a recolher informações Geração à rasca com presidente	Notícia
4	JN	12-03-2011	Geração à Rasca	Manifestação	Mais de 62 mil "à rasca" prometem aderir ao protesto	Notícia
5	DN	15-10-2011	“Indignados”	Manifestação	PSP receia infiltrações de grupos radicais na manif Polícia não reforçou segurança na 'manif' dos 'indignados'	Notícia
6	CM	16-10-2011	“Indignados”	Manifestação	Polícia dispersa manifestantes	Notícia
7	CM	16-10-2011	“Indignados”	Indignados	Dez mil revoltados nas ruas do Porto Dois ‘indignados’ detidos	Notícia
8	DN	16-10-2011	“Indignados”	Manifestação	Só na capital é que a ‘revolução’ quase rebentou às portas do Parlamento	Notícia
9	CM	17-10-2011	“Indignados”	Manifestação	Desobedecer é palavra de ordem Detidos presentes a tribunal Greve geral sobe tensão para negociações difíceis	Reportagem Notícia Notícia
10	DN	25-11-2011	Greve geral	PSP	Bancos e ministérios são alvos de maior risco de ataques Anarquistas extremistas suspeitos de incidentes contra finanças Os sindicatos devem ser responsabilizados	Notícia Entrevista
11	JN	25-11-2011	Greve geral	Protesto	Foram à rua para se sentarem à mesa Sindicatos denunciam infiltrados O Governo compreende a frustração	Notícia Notícia Notícia
12	CM	25-11-2011	Greve geral	Manifestação	Seguir com atenção Com greve não se vence esta batalha Vamos continuar os protestos	Entrevista Entrevista Entrevista

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias (continuação)

Numeração	OCS	Data	Evento	Descritor	Título	Género jornalístico
13	JN	26-11-2011	Greve geral	PSP	Agente da PSP regressa ao serviço	Breve
14	DN	28-11-2011	Greve geral	PSP	MAI aguarda relatório	Notícia
15	DN	29-11-2011	Greve geral	Manifestação	PGR pode abrir inquérito a PSP	Breve
16	JN	30-11-2011	Greve geral	PSP	"Se temos bastões é para os usar quando for necessário	Notícia
17	DN	01-12-2011	Greve geral	Indignados	Indignado´ alemão já roubou com arma de fogo	Notícia
18	JN	01-12-2011	Greve geral	Manifestação	Alemão da greve já esteve preso três vezes	Breve
19	DN	02-12-2011	Greve geral	Greve geral	Polícias à civil lutaram contra polícias fardados	Notícia
20	JN	02-12-2011	Greve geral	Manifestação	E usar a cabeça?	Artigo de opinião
21	JN	02-12-2011	Greve geral	Manifestação	João Palma desafia IGAI a investigar PSP	Notícia
22	CM	03-12-2011	Greve geral	PSP	Estranha polícia	Artigo de opinião
23	JN	03-12-2011	Greve geral	PSP	Pedida condenação para detidos no dia da greve	Notícia
24	JN	06-12-2011	Greve geral	PSP	Um estranho silêncio	Artigo de opinião
25	JN	07-12-2011	Greve geral	PSP	Alemão acusado de ofensa qualificada	Notícia
26	DN	07-12-2011	Greve geral	PSP	Alemão detido pela PSP vai a julgamento	Notícia
27	JN	07-12-2011	Greve geral	Greve geral	IGAI não investiga actuação da PSP	Notícia
28	JN	10-12-2011	Greve geral	Polícia	Manifestantes condenados para servir de exemplo	Notícia
29	DN	17-12-2011	Greve geral	Indignados	Inquérito da PSP considerou justificada a actuação na ´manif´	Notícia
30	DN	21-12-2011	Greve geral	Indignados	PSP instaura processo disciplinar a agente	Notícia
31	CM	21-12-2011	Greve geral	PSP	Frase	Breve
32	CM	21-12-2011	Greve geral	Greve geral	Bastonadas valem processo a polícia	Notícia
33	DN	26-12-2011	Greve geral	Greve geral	PGR manda investigar paisanas em manifestação	Notícia

ANEXO 3. Quadro dos resultados obtidos

Categorias	Σ u.r.	Sub- categorias	Σ u.r
Manifestantes	114	A.1 Razões intrínsecas	34
		A.2 Razões extrínsecas	21
		A.3 Caracterização	59
PSP	179	B.1 Nº de elementos policiais	7
		B.2 Subunidade/origem	19
		B.3 Dispositivo	4
		B.4 Motivos da actuação	22
		B.5 Descrição da actuação	70
		B.6 Resultados/Consequências da actuação policial	57
Discurso Directo	149	C.1 Manifestante	24
		C.2 Fonte Policial	13
		C.3 Político	6
		C.4 Membros do Governo	14
		C.5 Perito/ comentador/ especialista	17
		C.6 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	19
		C.7 Sindicatos	22
		C.8 Palavras de ordem	6
		C.9 Outros	28
Instâncias	58	D.1 Governo	23
		D.2 Assembleia da República	3
		D.3 Agências Noticiosas	1
		D.7 Instituições judiciárias	30
		D.8 Instituições	1
Discurso Indirecto	429	E.1 Manifestante	26
		E.2 Fonte Policial	142
		E.3 GNR	1
		E.4 Político	40
		E.5 Membros do Governo	18
		E.6 Perito/ comentador/ especialista	15
		E.7 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	61
		E.8 Sindicatos	42
		E.9 Outros	84
Enquadramento	211	F.1 Data/ hora	28
		F.2 Local	39
		F.3 Nome do evento	29
		F.4 Percurso	13
		F.5 Objectivos	6
		F.6 Justificação	24
		F.7 Caracterização	51
		F.8 N.º Manifestantes	21
Sistema Explicativo Espontâneo	124	G.1 Actuação Policial	59
		G.2 Manifestantes	26
		G.3 Enquadramento/ Descrição do Evento	39
	1264	Total de u.r.	1264

ANEXO 4. Pedido de autorização para consulta da base CISION



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Director Nacional Adjunto para a Unidade
Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		309/SECDE/2011	2011-12-12
		Processo:	
		Classificador: 080.10.02	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Ciências Policiais

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, Hélder José Duarte Machado, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "A percepção da comunicação social sobre a actividade policial em grandes eventos de cariz político", do qual é Orientadora a Professora Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V.ª Exa. que requeira, ao Departamento de Relações Públicas da PSP, autorização para a consulta da base CISION. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias relativas à actuação policial, independentemente do serviço que foi efectuado.

O Director


José Ferreira de Oliveira
Superintendente